

Resumo

A Oposição de Esquerda, dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCB), formada em 1929, ao produzir documentos sobre o processo político iniciado em 1930, acabou por analisar a formação e a constituição do autoritarismo responsável pela modernização conservadora que se seguiu. Teoricamente, a análise desses documentos contribui para a compreensão da base constitutiva do pensamento político autoritário brasileiro porque a marginalidade dos opositores os levou a ter uma visão privilegiada do processo político em curso. Ao escreverem “Esboço de Análise da Situação Brasileira”, Mário Pedrosa e Lívio Xavier partiram da formação social brasileira para entender a Revolução de 1930 como uma cisão no bloco de poder ocasionada pelo desenvolvimento do capitalismo. Com isso, compreenderam a importância do Estado para a reprodução da burguesia e para a expansão do capitalismo no Brasil. Com a análise desse ensaio em conjunto com outros documentos opositores produzidos até 1935, acompanhamos o crescente autoritarismo que culminou no Estado Novo e apresentamos um painel da base estruturante do pensamento político autoritário brasileiro que o sustentou.

Palavras-chave: autoritarismo; Revolução de 1930; Estado Novo; marxismo; Oposição de Esquerda.

Abstract

The Left Opposition, the Communist Party of Brazil (PCB) formed in 1929, in producing documents on the political process begun in 1930, ended up analyzing the formation and constitution of the authoritarianism responsible for the conservative modernization that followed. Theoretically, the analysis of these documents contributes to the understanding of the constitutive basis of Brazilian authoritarian political thought because the marginality of the oppositionists has led them to have a privileged view of the political process underway. In writing “Esboço de Análise da Situação Brasileira”, Mario Pedrosa and Livio Xavier left the Brazilian social formation to understand the Brazilian Revolution of 1930 as a split in the block of power occasioned by the development of capitalism. With this, they understood the importance of the state for the reproduction of the bourgeoisie and for the expansion of capitalism in Brazil. With the analysis of this essay in conjunction with other opposition documents produced until 1935, we followed the growing authoritarianism that culminated in Estado Novo and presented a panel of the structuring basis of Brazilian authoritarian political thought that sustained it.

Keywords: authoritarianism; Brazilian Revolution of 1930; Estado Novo; Marxism; Left Opposition.

Da Margem se Vê Melhor? O Autoritarismo no Brasil Segundo a Oposição de Esquerda nos Anos 1930

Josnei Di Carlo
Universidade Federal de Santa Catarina

Introdução

Neste artigo, discutiremos um diagnóstico da constituição do pensamento político autoritário brasileiro e um prognóstico sobre o crescente autoritarismo a partir da Revolução de 1930 realizados pela Oposição de Esquerda, dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCB) formada em 1929. Baseando-se em seus estudos sobre o campo e a periferia, Martins (2013) defende que situações limites produzem fatos reveladores da realidade concreta. Optar pelo liminar, para nós, é procurar identificar na própria conjuntura histórica grupos que ao serem marginalizados politicamente acabam observando de fora a constituição do pensamento político hegemônico. Não necessariamente olham para autores, obras e conceitos, mas para a base da sociedade onde eles estão se formando. É o caso da Oposição de Esquerda na década de 1930, marginalizada pela propaganda ideológica dos comunistas e pela repressão política desencadeada a partir do movimento armado liderado por Getúlio Vargas. A posição ocupada pelos oposicionistas no campo político, *per se*, não levaria a uma compreensão do autoritarismo no Brasil. Contribui para uma visão holística do processo o fato de seus quadros terem produzidos documentos que procuravam interpretar o autoritarismo e alertar sobre os riscos de um golpe de estado. A análise desses documentos, portanto, ultrapassa os limites de uma ação política restrita – por causa da marginalidade da Oposição de Esquerda no campo político – e fornece elementos teóricos para compreendermos a história política brasileira, em geral, e o pensamento político autoritário brasileiro, em particular.

Temos de levar em consideração as particularidades dos grupos políticos para analisar seus textos de intervenção voltados para a conjuntura histórica. Os oposicionistas refletiram sobre o autoritarismo enquanto procuravam interpretar a deposição do presidente Washington Luís. O documento base da interpretação é “Esboço de Análise da Situação Brasileira” (doravante, “Esboço”), que veio a se tornar a plataforma política da Oposição de Esquerda. Ele foi redigido por Mário Pedrosa e Lívio Xavier com a Revolução de 1930 em andamento. O texto foi finalizado, conforme a datação contida ao seu final, em 12 de outubro de 1930. Mas sua publicação ocorreria somente no ano posterior, no número 6 do jornal oposicionista *A Luta de Classe*, de fevereiro/março de 1931, nas páginas 3 e 4. Traduzido para o francês pelo poeta surrealista Benjamin Péret, com auxílio da futura esposa de Pedrosa, Mary Houston, foi publicado simultaneamente na França pela congênere *La Lutte de Classes*, antiga *Clarté*, já em seus números 28/29. Por causa da repressão política, Pedrosa e Xavier adotaram o pseudônimo M. C. e L. L., no Brasil, e M. Camboa e L. Lyon, na França, respectivamente. (ABRAMO; KAREPOVS, 1987; PEDROSA; XAVIER, 1931)

Apesar da exiguidade desse ensaio, os autores preocuparam-se em compreender a formação social brasileira. A Revolução de 1930, para eles, deveria ser compreendida de *modo complexo levando em conta tanto o movimento interno do desenvolvimento do capitalismo quanto a dinâmica do capitalismo mundial. Segundo nossa hipótese, “Esboço” fornece um diagnóstico da constituição do pensamento político autoritário brasileiro. Se ele se restringe a interpretar a Revolução de 1930, a Oposição de Esquerda apresenta um prognóstico sobre o crescente autoritarismo nos anos 1930 ao orientar a ação política de seus militantes.* Nossa variável encontra-se em outros documentos oposicionistas.

Conforme o exposto, a primeira parte deste artigo baseia-se em “Esboço” e a segunda, sobre documentos produzidos pela Oposição de Esquerda e entrevistas dadas por Pedrosa – sua principal liderança – até o desmantelamento total da esquerda desencadeado pela repressão de Vargas em 1935; tendo como pano de fundo o Levante Comunista liderado por Luís Carlos Prestes. Os documentos são “Aos Trabalhadores do Brasil” (doravante, “Aos Trabalhadores”), publicado no *Boletim da Oposição* em janeiro de 1931; “Carta aos Camaradas do Partido Comunista” (doravante, “Aos Camaradas”) folheto impresso e datado de 14 de julho de 1932; “Projeto de Teses sobre a Assembleia Constituinte” (doravante, “Teses sobre a Constituinte”), publicado no *Boletim da Oposição* em maio de 1932 (ABRAMO; KAREPOVS, 1987); “Manifesto da Frente Única Antifascista ao Povo do Brasil” (doravante, “Manifesto da Frente Única”), publicado em *O Homem Livre* em 17 de julho de 1932 (ABRAMO, 1984). As entrevistas foram publicadas em 05 de janeiro de 1933 em *A Platéia*, com o título de “A Luta Contra a Guerra Imperialista” (doravante, “Guerra Imperialista”); e em 04 de fevereiro de 1933 no *Correio de S. Paulo*, com o título de “O que Representa para a Política Internacional a Subida de Hitler ao Poder” (doravante, “Subida de Hitler ao Poder”) (PEDROSA, 1973 [1933a]; 1933c). Em razão de nem todos esses documentos estarem reunidos em livros, consultamos dois acervos: o do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP) e da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO BRASILEIRO EM “ESBOÇO”

A preocupação inicial de Pedrosa e Xavier (1931) em “Esboço” é compreender as especificidades da colonização do Brasil. Para eles, o excesso de terras tornaria inviável o empreendimento comercial português na colônia. Em vez de identificarem os custos econômicos da ocupação do território como a principal dificuldade, apontam que o problema a ser enfrentado por Portugal estava na forma como se daria a apropriação da terra. Caso a metrópole não fosse proativa, possibilitando o colono apropriar-se da terra livremente, inviabilizaria a colonização como empreendimento da burguesia comercial portuguesa porque ele passaria a ser proprietário de seus meios de produção. Nos termos de Pedrosa e Xavier (1931: 3), “podendo o trabalhador acumular para ele mesmo, tornaria impossível a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção”. Portanto, essa era “a contradição fundamental que a burguesia das metrópoles tinha de resolver” e “o segredo do florescimento das colônias e também do seu cancro” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3).

A economia da colônia estava imbricada à da metrópole pelo fato da ação de Portugal ter racionalmente determinado a apropriação da terra para viabilizar a acumulação da burguesia comercial portuguesa. Daí Pedrosa e Xavier (1931: 3) iniciarem “Esboço” afirmando que “o modo capitalista de produção [...] foi diretamente importado das metrópoles pelo novo mundo”. Contudo, a economia colonial não mimetizava a metropolitana em razão das bases materiais não serem as mesmas. A forma como constitui a propriedade privada é determinante para o capitalismo. Enquanto “a base do modo capitalista de produção está em expropriar a massa do povo”, continuam Pedrosa e Xavier (1931: 3), “nas colônias, em geral, a terra em

excesso pode ser transformada em propriedade privada e meio individual de produção”. Por essa condição encontrar-se na colônia, “a dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção, teve de ser criada por meios artificiais” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). E no intuito de viabilizar o empreendimento comercial na colônia, Portugal apropriou-se da terra, convertendo-a em propriedade privada, e introduziu a escravidão, configurando a colonização.

Pedrosa e Xavier buscam especificar a colonização no interior da expansão do capitalismo mercantil. No início da década de 1930, uma nova compreensão da formação social brasileira inicia-se com “Esboço”. Ferreira (2005) acentua que eles apanharam a economia colonial nas suas relações com o processo de acumulação primitiva do Capital, compreenderam seu direcionamento político pelo Estado – imprescindível para a grandeza da propriedade privada da terra – e apontaram uma das particularidades do processo de colonização sistemática. Ao destacar o entendimento deles acerca do “imbricamento do político ao econômico” como “um dado na configuração de um sistema, que, muito embora contasse com uma forma compulsória de trabalho, já se achava um pouco distante das formas feudais”, Ferreira (2005: 23) expõe um ponto delicado de “Esboço” em razão de ser um tema polêmico na caracterização da formação social brasileira.

Trata-se do feudalismo, que, observa Del Roio (1990), só passou a ser contestado como uma etapa do desenvolvimento econômico do Brasil de forma mais sistemática nos anos 1970. Não é à toa que Silva (2002) nota que algumas teses produzidas pela Oposição de Esquerda foram retomadas pela academia na mesma década para problematizar a Revolução de 1930 sobre uma nova perspectiva¹. Na época em que Pedrosa e Xavier buscaram compreender as especificidades da colonização, a compreensão do feudalismo como empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas no país fazia parte das mais diversas linhagens do pensamento político brasileiro². No marxismo, campo de atuação teórica dos oposicionistas, o modo de produção feudal também estava presente em Octávio Brandão. Em 28 de julho de 1924, ele iniciou a redação de *Agrarismo e Industrialismo*, publicando-o em abril de 1926, usando o pseudônimo de Fritz Mayer, artifício usado para despistar a polícia política, assim como a indicação falsa do lugar de edição – Buenos Aires. Mesmo estando na clandestinidade, escondendo-se da polícia do Governo Artur Bernardes, Brandão terminou o essencial do livro em 22 de agosto de 1924. Esse texto circulou em cópias datilografadas e subsidiou as teses de Astrojildo Pereira apresentadas no II Congresso do PCB, realizado entre 16 e 18 de maio de 1925. (DULLES, 1977)

Apesar de *Agrarismo e Industrialismo* não tentar caracterizar a colonização como “Esboço”, considera que o feudalismo estava inserido na formação social brasileira, sendo um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo nacional. Segundo Brandão (2006 [1926]: 48), “o Brasil ainda é, no conjunto, um país medieval, atrasado, sob este ponto de vista, cinco séculos no mínimo”. No intuito de vencer o feudalismo, ele formulou a teoria da revolução em etapas, considerando que os comunistas deveriam aliar-se à burguesia industrial nascente para derrotar a oligarquia rural. Só assim para o Brasil superar a “Medievalite Nacional” – palavras

1 Marques Neto (1993, p. 182) aponta a proximidade de algumas teses desenvolvidas pelos oposicionistas na década de 1930 com “o clássico estudo de Boris Fausto, *A Revolução de 1930*”. Por sua vez, Demier (2008: 2) demonstra que a proximidade entre as hipóteses trotskistas dos anos 1930 com pesquisas realizadas nas décadas de 1960 e 1970 é relevante: “coligindo trabalhos e argumentos de autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Boris Fausto e Francisco de Oliveira, não foi difícil notar que havia mais relações do que comumente se imagina entre estes destacados nomes de nosso pensamento universitário e agremiações políticas relativamente desconhecidas”, entre elas, a organização política responsável pela elaboração de “Esboço”.

2 Mazzeo (2003: 154) destaca “que a presença de uma análise que admitia a existência de formas sociais de caráter ‘feudal’, no Brasil, antecede à introdução das teses da Internacional Comunista – o *Komintern* –, por meio do Partido Comunista. Capistrano de Abreu, em seu pioneiro *Capítulos de História Colonial*, já em 1907, realçava os ‘elementos feudais’ na organização das capitanias hereditárias, passos analíticos que foram seguidos por importantes pensadores brasileiros, como Oliveira Vianna e Nestor Duarte, dentre outros. Mesmo um autor como Gilberto Freire, apesar de relevar a originalidade da sociedade lusitana e de apontar seu ‘burguesismo precoce’, com a predominância do capital comercial na colonização, acentua que no Brasil, dadas as especificidades do processo de ocupação territorial, os portugueses sofrem uma refração séria, retrocedendo em sua colônia americana, em pleno século XVI, à era feudal”.

de Brandão (2006 [1926]: 48) –, a emperrar o desenvolvimento das forças produtivas do país. Para Brandão (2006 [1926]: 36), o “agrarismo econômico” determinava o “agrarismo político”; definido por ele como “a dominação política do grande proprietário”, que é “o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal”. A existência desse implica a existência do servo, que é, segundo Brandão (2006 [1926]: 36), “o colono sulista das fazendas de café” e “o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas”. Portanto, “a *organização social proveniente daí é o feudalismo* na cumeeira e a servidão nos alicerces. Idade Média” (BRANDÃO, 2006 [1926]: 36, grifo nosso).

Brandão não hesita em definir o modo de produção hegemônico no Brasil como feudal. E concebe a relação entre o proprietário rural e o trabalhador rural análoga à servidão na Idade Média. Pedrosa e Xavier também falam em feudalismo. Contudo, ele não é definido por analogia à Idade Média. Além do mais, só usam-no enquanto tentam demonstrar as especificidades da economia colonial. Para eles, portanto, o modo de produção existente na colônia não era feudal e também não era capitalista. Apesar da imprecisão conceitual, não há dúvida de que “Esboço” apresenta o latifúndio e a escravidão como as bases da economia colonial, sem deixar de expor esta como complementar à metropolitana, como dito anteriormente.

Posto isso, expõe-se o momento em que “Esboço” fala em feudalismo. Se desde o início da colonização o Brasil não passou de uma vasta exploração agrícola, “seu caráter de exploração rural tropical precedeu historicamente a sua organização como Estado”, afirmam Pedrosa e Xavier (1931: 3). Dado a forma como a apropriação da terra foi realizada pela metrópole, não houve terra livre no Brasil e, conseqüentemente, o colono livre, dono de seus meios de produção. Entretanto, na colônia vicejou “o aventureiro da metrópole, o fidalgo português, o comerciante holandês, o missionário jesuíta” porque eles tinham como base o latifúndio, o monopólio da terra (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 3). Assim, destacam Pedrosa e Xavier (1931: 3, grifo nosso), “sob a forma de um *feudalismo particular*, todos vinham explorar a força de trabalho do índio adaptado ou do negro importado”.

Os autores recorrem ao conceito de feudalismo para definir a economia em vigor na colônia evitando qualquer espécie de analogia com a Europa Feudal. Do mesmo modo o conceito é adjetivado para ser particularizado a um caso específico. Por causa dessa imprecisão conceitual, Castro (1995) considera que “Esboço” não explicita o modo de produção hegemônico no Brasil Colônia, mas indica haver traços do capitalista em razão da análise contida no texto apontar que o capitalismo se organizaria completamente somente na transição do trabalho escravo para o livre. Por centrar-se no fato da economia colonial ser complementar à metropolitana, colocando o Brasil na acumulação primitiva do capital, Ferreira (1999: 209) observa que a colônia se situava internamente “em um ‘tempo’ diferente do da metrópole, marcando-o com certa complexidade social que impedia uma explicação sobre as manifestações de caracteres feudais em solo colonial”.

Claramente feudalismo é usado em “Esboço” com seus autores cientes de seu limite para definir o modo de produção vigente na colônia. Tanto é que “Projeto de Teses sobre a Situação Nacional”, documento da Oposição de Esquerda de maio de 1933 que cita trechos *ipsis litteris* de “Esboço”, também recorre ao conceito adjetivado para particularizá-lo ao Brasil Colônia. No caso, “feudalismo colonial” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 157). Essa insuficiência conceitual é consequência de uma análise precursora da formação social brasileira. No campo do marxismo, a caracterização da economia colonial só conseguiu desvincular-se plenamente do eurocentrismo com Caio Prado Júnior em *Evolução Política do Brasil*, de 1933, e em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942³. Entretanto, somente em 1975, com a publicação de *Revolução*

3 Ao analisar as divergências teóricas de Caio Prado e o PCB, Reis (2007: 179) infere sobre sua proximidade teórica com a Oposição de Esquerda: “Caio Prado era um pensador marxista desvinculado do modelo interpretativo e político democrático-burguês. Enquanto, a meu ver, o PCB seguia, explicitamente, a

Burguesa no Brasil, o marxismo conseguiu formular uma explicação totalizante da formação social brasileira com Florestan Fernandes.

“Esboço” é precursor e suas lacunas existem por estar apresentando uma análise original nos anos 1930. Ao contrário de Brandão, Pedrosa e Xavier não recorreram ao eurocentrismo porque falaram em feudalismo sem traçar qualquer analogia com a Idade Média. Em 1933, ao afirmar que faltava ao Brasil “este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu”, Prado Júnior (2012 [1933]: 19) atacou frontalmente Brandão: “Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade”. Só se pode “falar num *feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica*” (PRADO JÚNIOR, 2012 [1933]: 19, grifo nosso). Pedrosa e Xavier, portanto, usaram feudalismo como figura de retórica, não o aplicando à formação social brasileira por analogia à Europa Feudal.

Não se encontra um ataque frontal à formulação de Brandão em “Esboço”. Porém Lobo (1987 [1931]: 83), em “A Situação Brasileira e o Trabalho para o seu Esclarecimento”, resenha crítica do ensaio de Pedrosa e Xavier publicada em *A Luta de Classe* de 1º de maio de 1931, afirma que *Agrarismo e Industrialismo* foi “a tentativa mais séria, mais meticulosa e mesmo mais ‘heroica’ de analisar a situação brasileira”⁴. Contudo, “desgraçadamente, foi também a mais antimarxista e a mais desastrosa” e considera que “a linha do Partido sofre, ainda hoje, a influência desse bazar de monstruosidades teóricas” (LOBO, 1987 [1931]: 83). Mesmo empregando feudalismo para referir-se à economia colonial, “Esboço” evita o *bazar de monstruosidades teóricas* porque seu uso da palavra é por falta de um conceito na literatura marxista do período para designar o modo de produção da colônia e não para traçar paralelos que não correspondiam à formação social brasileira.

Seguindo a análise de Pedrosa e Xavier (1931) sobre as especificidades da colonização do Brasil, verifica-se mais uma vez a ênfase dada por eles ao caráter complementar da economia colonial, por sua produção agrícola ser destinada ao mercado externo. Dado a importância dessa produção, eles sintetizam os ciclos econômicos do Brasil Colônia. Consideram que o Brasil foi o principal produtor de açúcar no século XVII. Para eles, a colonização deu-se sobre dois eixos, São Paulo-Rio de Janeiro e Bahia-Pernambuco, com este tendo vantagem em relação àquele. Deste modo, “nas capitanias do Norte, o braço africano edificou sobre vastos domínios a prosperidade da aristocracia rural”, afirmam Pedrosa e Xavier (1931: 3). Pouco a pouco, a produção açucareira entrou em decadência em função da concorrência estrangeira e restringiu-se aos mercados internos. Com a descoberta das minas de ouro, o eixo no século XVIII passou a ser Minas Gerais-Bahia, atraindo o trabalho e levando a agricultura à decadência. Explorada por meios rudimentares, a mineração declinou e a colônia retornou à exploração agrícola, cujos produtos principais foram os cereais, a cana-de-açúcar, o fumo e o algodão. Somente no fim do período colonial que a cultura do café foi introduzida no país, “nas regiões montanhosas vizinhas do Rio de Janeiro. Desde então, adquiriu as características particulares que mantém até agora” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3).

orientação de Lenin e da III Internacional, Caio Prado rejeitava essa análise do passado brasileiro e o seu projeto revolucionário. Ele propôs uma análise do Brasil e um projeto revolucionário mais próximo das orientações da IV Internacional, sem estar ortodoxamente vinculados a elas. [...] O debate revolucionário estava internacionalizado e Caio Prado, possivelmente alinhado ou apenas identificado com essa orientação do comunismo internacional, não falará de feudalismo nem de revolução democrática-burguesa, mas de subcapitalismo e de revolução permanente, que desembocará a longo prazo no socialismo, sem a etapa intermediária da transição ao capitalismo, que seria desnecessária, pois o Brasil já era capitalista desde a origem. Foi o precursor da reflexão marxista que busca entender o caráter não clássico da constituição do capitalismo no Brasil”. Tal hipótese está correta, pois Secco (2008, p. 142), ao publicar uma biografia sobre Caio Prado, teve acesso a uma carta deste a Lívio Xavier, que resenhou *Evolução Política do Brasil* em 19 de setembro de 1933 para o *Diário da Noite*, prontamente replicada por seu autor no dia seguinte, onde admite conhecer “as opiniões [...] do agrupamento político a que V. pertence”, sugerindo um encontro para discutir as divergências pessoalmente.

4 Quando Abramo e Karepovs (1987) reuniram documentos da Liga Comunista, ainda não se sabia o autor da resenha assinada por S. M. Marques Neto (1993), após cruzar com outras referências documentais e com depoimentos de opositores, identificou o pseudônimo como sendo de Aristides Lobo.

FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO

O processo de colonização descrito em “Esboço”, que edificou a propriedade privada pela ação do Estado português e que levou a economia colonial a ser complementar à metropolitana, fornece as bases materiais da formação do Estado brasileiro. Depois de analisarem as especificidades do Brasil Colônia, Pedrosa e Xavier (1931: 3) procuram identificar os elementos constitutivos da sociedade brasileira do século XIX: “a classe dos pequenos proprietários [...], anterior geralmente ao regime capitalista e cuja desapropriação é determinante deste, não se pode desenvolver na formação econômica do Brasil”. Isso se devia ao fato de o Estado erigir-se preservando os pilares da exploração rural colonial – o monopólio da terra e o trabalho escravo. Nos termos de Pedrosa e Xavier (1931: 3), “a sociedade monárquica repousou na exploração do braço escravo por uma minoria de senhores de terra”. O Brasil Império caracterizava-se pela inércia, pois “a monarquia vegetou, dois terços de século, em meio à turbulência dos vizinhos do continente, prolongando pela passividade burocrática a vida de um regime político já caduco” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Compreende-se, assim, porque o Estado brasileiro era marcado para Pedrosa e Xavier (1931: 3) por “um rígido esquematismo de classe”.

A formação social descrita por Pedrosa e Xavier (1931: 3) tem como particularidades o “trabalho escravo, propriedade latifundiária, produção dirigida pelos senhores de terra com a sua clientela – burguesia urbana e uma insignificante camada de trabalhadores livres, tanto nas cidades quanto nos campos”. Não há dúvida que a colonização portuguesa marcou profundamente o Império, preservando-o da turbulência política latino-americana do período. A América Latina caracterizava-se pela ausência de uma agricultura organizada, cuja consequência foi “a luta pela terra contra o índio e contra o monopólio do comércio pela coroa espanhola. Nas possessões espanholas, o colono vivia da criação e do contrabando” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Portanto, a turbulência política do subcontinente no século XIX face à inércia brasileira tinha como causa processos de colonização distintos.

Com o Estado brasileiro preservando os pilares da exploração rural colonial até o final do século XIX, o rígido esquematismo de classe acabou por marcar profundamente a transição do país para o capitalismo. Em “Esboço”, o capitalismo tornou-se o modo de produção hegemônico com a abolição da escravatura. Citando Marx, Pedrosa e Xavier (1931) consideram que a efetivação do capitalismo no Brasil se trata de uma troca de forma, em razão de o trabalho escravo ter sido substituído pelo assalariado, preservando o latifúndio. E em torno do proprietário rural gravitava a burguesia urbana e o trabalhador assalariado, que era formado essencialmente pelo imigrante, cujo afluxo iniciou-se em 1884 para fornecer mão de obra à produção cafeeira⁵. Pedrosa e Xavier (1931: 3) enfatizam que “o Brasil não foi mais, desde a sua primeira colonização, do que uma vasta exploração agrícola. O seu caráter de exploração tropical precedeu historicamente sua organização como Estado”. Segundo Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995: 236), “essa peculiaridade moldou o sistema político brasileiro, precedendo historicamente a formação do Estado no país”.

Dado a inércia do Império, que se sustentou ao longo do século XIX sobre o monopólio da terra e o trabalho escravo, o capitalismo brasileiro amalgamou-se com as formas de produção anteriores a sua efetivação plena durante a transição do trabalho escravo para o livre. Ferreira (2005: 27) observa que, “do período colonial ao momento posterior da economia brasileira, tem-se uma articulação de algumas formas pretéritas de produção com o capitalismo já efetivamente implantado”. Remetendo ao trecho

5 Os dados utilizados por Pedrosa e Xavier (1931) foram retirados de *Estudos de Economia Brasileira*, publicado por Dioclécio Dantas Duarte em 1929, e referem-se a São Paulo, maior estado produtor de café do período. Neles, observa-se o crescimento progressivo da imigração, com um salto significativo no ano anterior à abolição da escravatura: em 1884, são 4.879 imigrantes; em 1885, 6.500; em 1886, 9.356; em 1887, 32.112; em 1888, 92.086.

de Marx citado em “Esboço”, pode-se dizer que a sociedade brasileira trocou de forma mantendo parte do conteúdo do Brasil Império e do Brasil Colônia – a saber, o monopólio da terra e a produção agro-exportadora. Com a transição para o capitalismo, a complexidade da formação social ficou mais evidente porque “o capitalismo monopolista ao encontrar-se com a produção pré-capitalista imediatamente a submete, redefinindo suas premissas sob o império da sua lógica de produção” (FERREIRA, 1999: 211). Destacando um conceito central do trotskismo, Ferreira (1999: 211) nota que “o desenvolvimento desigual e combinado produz e é produzido por uma intrincada rede de relações centralizadas no capital financeiro”. Para Pedrosa e Xavier, o fim do regime escravagista foi determinado pela necessidade do desenvolvimento capitalista do Brasil. Entretanto, essa transformação articulou-se para eles com o imperialismo, ao tornar o país atraente para a expansão da indústria inglesa. Por causa da transição do capitalismo ter se dado sobre as condições descritas até aqui, Pedrosa e Xavier (1931: 3) notam que “a burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade”.

Apesar de sua gênese rural, Pedrosa e Xavier (1931: 3) consideram que a burguesia cafeeira do estado de São Paulo foi determinante para a abolição da escravidão porque “não podia contentar-se com uma forma de produção reacionária e patriarcal”. Ela desempenhou, então, um papel parcialmente progressista ao contribuir para abolir o trabalho escravo, embora preservasse o monopólio da terra e a produção agro-exportadora. Deste modo, eles inseriram a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 no interior do desenvolvimento capitalista do Brasil. E notaram que a mudança da forma de governo precisava ocorrer para o poder político corresponder-se ao poder econômico dos produtores de café. Segundo Pedrosa e Xavier (1931: 3), “a República foi uma imposição da burguesia cafeeira de São Paulo”. Destarte, a burguesia paulista impôs sua hegemonia ao restante do país. Para ela “operar sem choques graves o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias, ligadas por laços de ordem meramente política e separadas [...] por uma diversidade sem par de possibilidades econômicas”, teve de legislar em seu favor, dando à república a forma federativa (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3).

Se a direção política do Estado foi fundamental para a apropriação da terra no Brasil Colônia, agora ela era essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Conforme Pedrosa e Xavier (1931: 3), “o desenvolvimento formidável da produção cafeeira é tipicamente um desenvolvimento capitalista”. A formação social brasileira fornecia as condições para a grande exploração rural capitalista – terras, ausência de rendas fundiárias e perspectiva monocultora. Assim, “o fazendeiro de café realiza o emprego simultâneo de todos os seus meios de produção para um fim único e consequentemente retira um lucro até então desconhecido” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Portanto, a exploração rural capitalista acabou por determinar a “prosperidade favorável a um desenvolvimento de todas as formas capitalistas” (PEDROSA; XAVIER, 1931:3). Para os autores, a base capitalista nacional prosperou por causa do sistema de crédito, do crescimento da dívida hipotecária, do comércio nos portos de exportação. A mão de obra para as lavouras de café foi fornecida pela política imigratória iniciada ainda no final do Segundo Reinado.

Eles compreenderam o desenvolvimento do capitalismo, mas não se esqueceram de articulá-lo com o imperialismo porque essa articulação além de ter implicações políticas tornava as relações de classes mais complexas. Para Pedrosa e Xavier (1931), o Brasil progredindo economicamente integrava-se à economia mundial e ao imperialismo. A Primeira Guerra e o protecionismo contribuíram para o crescimento industrial. Com isso, as relações de classes tornaram-se cada vez mais instáveis e os problemas decorrentes complicaram-se. Para nós, “Esboço” está compreendendo a base do pensamento político autoritário brasileiro constitutivo da Revolução de 1930.

CRISE DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Por enquanto, Pedrosa e Xavier (1931) delinearam o processo histórico anterior ao contexto da crise da República Oligárquica. Preocuparam-se em analisar o Brasil desde a colonização para compreender a Revolução de 1930 como resultado das contradições sedimentadas ao longo da história. Por isso o destaque dado à colonização, por ela ter engendrado o latifúndio, que se manteve na transição da sociedade para o modo de produção capitalista porque era condição *sine qua non* para o capitalismo agrário. Assim como a propriedade fundiária trocou de forma ao tornar-se capitalista, a oligarquia rural deixou de ser um estamento e passou a ser uma classe social. Apesar dos autores não usarem o conceito de estamento, ao julgarem que a transição para o capitalismo foi uma troca de forma, podemos considerar que os atores sociais adquiriram uma nova condição com a mudança do modo de produção. Essa mutação no plano social também ocorreu no plano político. O país deixou de ser uma monarquia e passou a ser uma república, preservando o Estado como motor da sociedade.

Segundo “Esboço”, as lutas políticas no interior da república geralmente ocorriam no contexto das eleições presidenciais. Em razão de a burguesia cafeeira ter sido a protagonista na transição para o capitalismo, ela era o centro gravitacional do poder. Com o capitalismo, a diferença econômica entre os estados acentuou-se e sob a república a burguesia paulista aliou-se à mineira, conquistando o governo federal, na percepção de Pedrosa e Xavier (1931). Do mesmo modo que o poder executivo passou a se confundir com a burguesia cafeeira, o legislativo integrou-se às elites dos outros estados. Nos termos de Pedrosa e Xavier (1931: 3): “As representações dos estados secundários passaram a ser representantes do poder central nos estados, do que, segundo a ficção constitucional, representantes destes junto à União”. Essa distorção dos princípios republicanos foi acompanhada pelo desenvolvimento das forças produtivas que levou o processo econômico a se estender pouco a pouco ao território brasileiro, com o capitalismo penetrando todo o “Brasil vai transformando as bases econômicas mais atrasadas” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3).

A hegemonia política da burguesia cafeeira foi importante para o capital submeter os demais estados a sua lógica, mas o desenvolvimento capitalista estava atrelado à produção agroexportadora de São Paulo e Minas Gerais. Deste modo, o poder político dessa burguesia ampliava seu poder econômico, acentuando a desigualdade entre os dois estados e os demais. Silva (2002: 149) destaca que esse quadro apresentado por “Esboço” “mostra o processo de centralização das decisões no executivo, o seu controle e o manuseio dos poderes necessários para aplicar as políticas que acabam por resultar no atendimento dos interesses da fração hegemônica e dominante”. Ademais, “o processo de tomada de decisões encontrava-se rigidamente centralizado nas mãos do Presidente da República, daí a importância dada às eleições presidenciais” (SILVA, 2002: 149).

No início do século XX, com o capitalismo desenvolvendo-se, tendo como motor o Estado controlado pela burguesia cafeeira, as frações da burguesia definiam-se regionalmente por causa dos ciclos econômicos ter levado cada estado a se especializar em um ramo da produção agrícola. Antes da Primeira Guerra, os recursos provenientes da exportação de café beneficiavam indiretamente a todas as elites regionais, especialmente as do Nordeste, cuja reprodução não se manteria com a decadência de sua base econômica. Destarte, o conflito subjacente tanto ao desenvolvimento econômico quanto à centralização política só ganharia seus contornos finais com a necessidade de criar mercado interno decorrente da instabilidade da economia mundial com a guerra. Pedrosa e Xavier (1931: 3) afirmam que, “com a grande guerra e o protecionismo, o surto industrial acentuou-se, complicando as relações de classe e os problemas decorrentes”. Não apresentaram dados para sustentar a afirmação relativa a esse surto, mas o importante é apreender que conforme o

mercado interno se tornava um polo dinamizador da economia brasileira frente à crise do mercado mundial mais ia se tornando insustentável a hegemonia política da burguesia cafeeira⁶. Nos termos de Pedrosa e Xavier (1931: 3), “a premência e a penúria do mercado interno é um dos pontos nevralgicos da instabilidade econômica e política do Brasil”. Afinal, “a política da burguesia era, até então, orientada no sentido de manter o monopólio da produção cafeeira no mercado mundial”, mas tudo se complicou com a necessidade de criar um mercado interno em função do surto industrial iniciado na Primeira Guerra e da expansão do capitalismo (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Avançando para o contexto da Revolução de 1930, Pedrosa e Xavier (1931: 3) afirmam que a crescente abertura de estradas e a política de estabilização financeira tornavam-se problemas da política interna, que levavam “a intervenção direta do governo federal nos negócios dos estados”. E a conclusão de “Esboço” está calcada na forma como seu argumento compreende o processo histórico que erigiu um Estado interventor porque a burguesia não tinha bases econômicas estáveis para instaurar sua hegemonia política, isto é, a constituição do pensamento político autoritário brasileiro responsável pela modernização conservadora iniciada por Vargas. Demonstremos nas palavras de Pedrosa e Xavier (1931: 3) nossa hipótese: “Para o desenvolvimento do mercado interno todos os meios são bons e um governo forte e centralizado é condição essencial”.

Para eles, o imperialismo agravava a centralização política. Portanto, ele era um processo estruturante da sociedade brasileira. Ou seja, Pedrosa e Xavier (1931: 3) compreendem o país como parte constitutiva do sistema capitalista, pois “a penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe”. Mais precisamente, “o imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e dependentes e impede que o desenvolvimento capitalista se processe normalmente, não permitindo que esse desenvolvimento se faça formalmente dentro dos limites do Estado nacional” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Pelo fato do capitalismo brasileiro não ter se desenvolvido dentro dos limites do seu território, sua burguesia não tem bases econômicas estáveis a lhe permitir edificar uma sociedade relativamente progressista. Durante a transição para o capitalismo, a burguesia cafeeira do estado de São Paulo, mesmo parcialmente, desempenhou um papel progressista, como vimos anteriormente. Agora, com a inserção brasileira no sistema capitalista, nem uma das frações burguesas era progressista. O imperialismo não concedia tempo para elas respirarem e, internamente, o fantasma da luta de classes tiravam-lhe “os prazeres de uma digestão calma e feliz”, na ironia de Pedrosa e Xavier (1931: 3). Consequentemente, elas deviam lutar “no redemoinho imperialista [...] subordinando a sua própria defesa à defesa do regime capitalista. Daí”, continua Pedrosa e Xavier (1931: 3), “a sua incapacidade política, o seu reacionarismo cego e vil, em todos os terrenos, a sua covardia”. Essa incapacidade não era apenas uma característica do Brasil, mas dos países cuja transição para o capitalismo ocorreu sob o taco do imperialismo. “Nos países novos diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional já surgiu na arena histórica velha e reacionária, com os seus ideais democráticos corrompidos” (PEDROSA; XAVIER: 1931: 3). Revolucionando permanentemente a economia dos países que lhe eram submetidos, o imperialismo atuava

6 Fausto (2006: 288-289) sustenta o surto industrial decorrente da Primeira Guerra e indica o problema referente ao controle da burguesia cafeeira sobre a política econômica governamental: “É comum a referência à Primeira Guerra Mundial como um período de incentivo às indústrias, dada a interrupção da concorrência de produtos importados. Mas a década de 1920 foi pelo menos tão significativa quanto os anos da guerra, pois nela começaram a aparecer tentativas de superar os limites da expansão industrial. Incentivadas pelo governo, surgiram duas empresas importantes: em Minas Gerais, a Siderúrgica Belgo-Mineira, que começou a produzir em 1924; em São Paulo, a Companhia de Cimento Portland, cuja produção foi iniciada em 1926. Ao mesmo tempo, a partir da experiência e dos lucros acumulados durante a Primeira Guerra, pequenas oficinas de consertos foram se transformando em indústrias de máquinas e equipamentos. Teria o Estado facilitado ou dificultado o crescimento industrial? A principal preocupação do Estado não estava voltada para a indústria, mas para os interesses agroexportadores. Entretanto, não se pode dizer que o governo tenha adotado um comportamento anti-industrialista. Houve proteção governamental em certos períodos à importação de maquinaria, reduzindo-se as tarifas da alfândega. Em alguns casos, o Estado concedeu empréstimo e isenção de impostos para a instalação de indústrias de base. Por outro lado, a tendência de longo prazo das finanças brasileira no sentido da queda da taxa de câmbio tinha efeitos contraditórios com relação à indústria. A desvalorização da moeda encarecia a importação dos bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional, mas, ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação de máquinas de que o parque industrial dependia. Resumindo, se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover um política deliberada de desenvolvimento industrial”.

como fator reacionário em política e contribuía para erigir governos fortes que subordinavam a sociedade ao poder executivo. Referenciando-se no golpe de Estado dado por Luís Bonaparte em 1851 na França, Pedrosa e Xavier (1931: 3) consideram que se repete “assim na fase imperialista, por um processo análogo, essa subordinação da sociedade ao poder executivo na qual Marx via a expressão da influência política dos camponeses parcelados”.

Após destacarem o papel do imperialismo na hipertrofia do poder executivo, eles sublinham o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e suas implicações políticas a partir do momento em que o crescimento do mercado interno tornava-se um imperativo econômico. Por causa da centralização do poder político no executivo, a industrialização só vicejava ao entrelaçar-se com o Estado. Para Pedrosa e Xavier (1931: 3), “as necessidades do desenvolvimento industrial tem como condição essencial o apoio direto do Estado” e, assim, “a indústria nasce presa ao Estado por um cordão umbilical”. Esse imbricamento do político ao econômico foi observado por Trotsky ao estudar o capitalismo russo, lembram os autores. Como dito anteriormente, a industrialização acelerou-se quando a demanda externa pelo café diminuiu em razão da Primeira Guerra, “coincidindo com o domínio preponderante do imperialismo americano na cena mundial, especialmente na América Latina, isto é, desde o governo de Epitácio”, que assinala, notam Pedrosa e Xavier (1931: 3), “a vaga de constitucionalismo hipócrita e do fetichismo da autoridade constituída”. Conforme eles, o governo de Artur Bernardes foi exemplar na obsessão pela ordem, tornando a reação sistemática e assumindo um caráter de classe sem disfarces. “A apologia dos governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra a democracia e o liberalismo foram os pontos cardeais da ideologia reacionária, que surgiu entre a fumaça das chaminés das fábricas e dos dreadnoughts americanos” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3).

Lembrando-se da cisão ocorrida entre a burguesia de São Paulo e a de Minas Gerais na eleição presidencial de março de 1930, Pedrosa e Xavier (1931: 3) afirmam que Washington Luís “representa a hipertrofia do poder executivo, já separado dos interesses imediatos da fração da burguesia que o elevou ao poder”. Nessa afirmação observa-se que o referencial de “Esboço” passa a ser o bonapartismo. Com o crescimento do mercado interno, os autores acreditavam que o Estado brasileiro modificava-se aos poucos. A centralização política em vez de arrefecer-se, ia se acentuando a partir do governo de Epitácio Pessoa. E o poder executivo ia adquirindo uma autonomia relativa em relação à sociedade. Ou seja, o processo histórico engendrou o bonapartismo porque a complexidade do desenvolvimento desigual e combinado inviabilizou a hegemonia política de uma fração da burguesia. Daí Pedrosa e Xavier (1931: 3) afirmarem que “ainda aqui se aplica o que Trotsky disse da relação das classes burguesas com o czarismo, a saber, que não foi a força dessas classes que determinou o poder da monarquia russa, mas a fraqueza delas”. Destarte, se a burguesia cafeeira desempenhou um papel progressista na transição para o capitalismo, a burguesia industrial não tinha condições de ser progressista politicamente nem de conduzir a industrialização fora do âmbito do Estado. Sumariamente, ela não tinha forças para conduzir o processo de fortalecimento do mercado interno com autonomia em relação ao Estado. Segundo Pedrosa e Xavier (1931: 3), “no Brasil, todas as classes estão subordinadas ao executivo e as mais rudimentares palavras de ordem liberal têm para o governo um caráter subversivo”. Todavia, quando a sociedade se organizava a repressão insistentemente recaía sobre ela impedindo sua livre organização, gerando um liberalismo retórico, pois “os chamados liberais aplaudem a repressão policial quando esta se exerce contra as organizações proletárias” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Como eles sintetizam:

Marx escreveu que, nas vésperas do golpe de Estado de Napoleão III, a burguesia francesa tachava de heresia “socialista” o que ela qualificava, anteriormente, como “liberal” e reconhecia, desse modo, que para conservar intacto seu poder social, era mister romper seu próprio

poder político e que a burguesia não pode continuar a explorar as outras classes e a gozar tranquilamente da propriedade, da família, da religião e da ordem, senão à condição de ver sua classe condenada à mesma nulidade política que as outras classes e, assim, proclama sua dominação política incompatível com a sua segurança e sua própria existência. (PEDROSA; XAVIER, 1987 [1931]: 76)⁷

De acordo com Ferreira (2005: 25) “Esboço” compreende que “sem um executivo forte a burguesia nacional nada é, dependente como sempre será de um Estado estruturado com burocracia e ministérios cumplidos com esta industrialização capitalista”. Já no início da industrialização o capital privado amalgamou-se com o setor público, marcando profundamente “a vida política nacional com uma politização da economia” (FERREIRA, 2005: 25). Apesar de referenciarem-se no bonapartismo, Pedrosa e Xavier procuraram apreender as particularidades bonapartistas do Estado brasileiro, com bases sociais distintas, já que aqui o bonapartismo não se apoiou na classe dos pequenos proprietários rurais, como foi na França do século XIX.

REVOLUÇÃO DE 1930⁸

Para Pedrosa e Xavier (1931), a Revolução de 1930 não foi uma ruptura *stricto sensu*, mas consequência do processo de formação do capitalismo brasileiro. A hipertrofia do poder executivo acompanhou a expansão da acumulação do capital. Pouco a pouco o Estado adquiriu seus contornos bonapartistas. Contudo, esse processo político só se completou com a cisão no interior do bloco de poder, com a burguesia cafeeira isolando-se das demais frações burguesas, ao renunciar os interesses gerais da burguesia em nome de seus interesses mais egoísticos. Conforme Pedrosa e Xavier (1931: 3), “a burguesia paulista sacrificou os seus interesses gerais de classe, o seu interesse político, a interesses particulares mais limitados, mais imediatamente materiais”. Desconsiderou, portanto, a solidariedade de classe. Por causa do egoísmo dessa burguesia, as outras frações burguesas voltaram-se contra ela e o Partido Republicano Paulista (PRP), sua representação no plano político.

Apesar de Pedrosa e Xavier (1931) considerarem que o Estado, especialmente sob o regime burguês, tendia a centralizar-se, preocuparam-se em apreender as causas particulares da centralização política no Brasil. Enumeram-nas como sendo a extensão territorial; a baixa densidade demográfica; a “agricultura industrializada”, por causa do caráter especial da produção; a ausência da renda fundiária, “que confunde o proprietário territorial com o proprietário da exploração agrícola”; o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; “a divisão política que legaliza a supremacia dos estados mais fortes sobre os mais fracos”; o crescente processo de industrialização; por fim, a pressão imperialista (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). E enfatizam a importância das duas últimas causas para a centralização porque elas passaram a ter uma presença mais forte no decurso da República Oligárquica, especialmente após a Primeira Guerra. Como expõe Pedrosa e Xavier (1931: 3): “Essa centralização acentuou-se com o desenvolvimento industrial e a intervenção do capital norte-americano, isto é, desde que apareceu a necessidade do mercado interno”.

7 Por esta passagem estar ilegível na publicação original de “Esboço” (PEDROSA; XAVIER, 1931), utilizamos a versão do livro (PEDROSA; XAVIER, 1987 [1931]), que é uma tradução do texto publicado em francês. Por essa razão, privilegiamos o uso da publicação original.

8 Nosso objetivo não é cotejar o ensaio de Pedrosa e Xavier (1931) sobre a Revolução de 1930 com estudos posteriores que a revisaram. De qualquer forma, a primeira nota de rodapé deste artigo já indica os trabalhos que fizeram isso.

Os autores identificam a reforma constitucional de 1926 como o momento em que os contornos bonapartistas do Estado começaram a ganhar forma⁹. Segundo Pedrosa e Xavier (1931: 3), “o poder federal fortificou-se e a Constituição foi reformada no sentido de facilitar a intervenção da União nos estados”. Em razão da centralização crescente da máquina governamental, os interesses gerais do governo confundiam-se com os interesses particulares da burguesia cafeeira. Por isso Pedrosa e Xavier (1931: 3) afirmam que “o aparelho do Estado federal na proporção direta da sua centralização vai se adaptando melhor aos interesses econômicos da burguesia”. A centralização acirrava a luta no interior da burguesia porque o controle do poder executivo era indispensável à hegemonia de uma fração burguesa sobre as outras. A partir da compreensão da hipertrofia do poder executivo que “Esboço” apreende a Revolução de 1930. Para os autores, ela era parte constitutiva da formação social brasileira – reconstruída por eles desde a colonização para entender as mudanças operadas ao longo do processo histórico que levaram ao bonapartismo, cuja base social era distinta da França de Luís Bonaparte. Portanto, a Revolução de 1930 é compreendida enquanto disputa das frações burguesas para controlar o poder executivo. Afinal, se, no momento em que Pedrosa e Xavier (1931: 3) analisam o processo político, o aparelho de Estado “serve de um modo direto aos interesses da situação paulista, pode amanhã servir aos interesses particulares da burguesia de Minas e do Rio Grande”¹⁰.

No argumento de “Esboço”, o levante do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba tinha como motivação confessa a defesa do princípio federativo. Portanto, os políticos gaúchos, mineiros e paraibanos estavam defendendo suas próprias posições, pois “se se resignassem a truculência do governo central isso significaria que o processo centralizador do aparelho do Estado estava terminado no Brasil com a hegemonia de S. Paulo sobre os demais componentes da Federação”, segundo Pedrosa e Xavier (1931: 3). Eles estavam procurando apreender as contradições entre a centralização e a federação. A Revolução de 1930 evidenciava as contradições do processo político, pois “a fórmula definitiva não foi encontrada. A contradição entre a necessidade imperiosa da centralização e a forma política federativa é evidente” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Esse conflito dava-se por causa da acumulação do capital, que exigia a centralização para expandir-se, face à formação histórica dos estados, que exigia o princípio federativo para a unidade nacional. Para os autores, o desenvolvimento capitalista para além do eixo São Paulo-Minas Gerais acabou levando as elites dos outros estados a desejarem participar da gestão do aparelho do governo federal em condições de igualdade. Dado a centralização, a reprodução da burguesia garantia-se pelo controle do poder executivo. Assim, por não ter forças para reproduzir-se fora do âmbito do Estado, a fração cafeeira da burguesia não tinha condições de dividir a gestão do governo federal com as outras frações burguesas em ascensão. Essa análise leva Pedrosa e Xavier (1931: 3) a concluir que “o poder executivo tornou-se, na sociedade brasileira, a força decisiva que permite à oligarquia partidária que o exerce, uma dominação quase completa”. Por outro lado, “a burguesia nacional vê fugir das suas mãos a força do Estado e é condenada a ceder o controle político à ação internacional imperialista, na sua incapacidade histórica de agir coletivamente como classe” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Ao perceberem as contradições entre a centralização e a federação, eles ponderam sobre o caráter imperioso do bonapartismo para a burguesia, embora estejam considerando que o árbitro sobre as classes seja o imperialismo.

O bonapartismo como imperativo para o desenvolvimento do capitalismo provinha da formação da burguesia do Brasil. Na apreciação de Pedrosa e Xavier, as diversas frações burguesas não possuíam tradições políticas congêneres. O isolamento entre a burguesia cafeeira e as demais gerou uma consciência de classe

9 Trata-se da Emenda Constitucional de 03 de Setembro de 1926, cujo artigo sexto foi substituído e assegurou uma série de condições para a União intervir sobre os estados da Federação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc%20de%203.9.26.htm>. Acesso em: 26 mar. 2018.

10 Como exposto no início deste artigo, “Esboço” foi escrito enquanto o processo revolucionário se desenrolava. Então, para Pedrosa e Xavier, o governo federal ainda estava nas mãos da burguesia paulista.

incapaz de levar em conta seus interesses em comum. Essa consciência tinha como base a formação social brasileira. Como a colonização de Portugal criou entraves para o surgimento da pequena propriedade rural, não se formou uma classe de camponeses. Mantendo os pilares da exploração rural colonial, o Império impediu o surgimento do campesinato. Quando a exploração rural trocou de forma tornando-se capitalista, processo iniciado com a abolição da escravatura, as frações burguesas não precisaram realizar a expropriação dos pequenos proprietários rurais, dado sua inexpressiva presença na sociedade brasileira. As tradições históricas burguesas eram apenas patrioteiras. Mesmo assim não criaram um elo em comum entre as frações burguesas em razão de seu caráter particularista. Como exposto por Pedrosa e Xavier (1931: 3, grifo no original), “a sua tradição histórica é antes jacobina; combateu o invasor estrangeiro, luta esta de caráter episódico e sempre adstrita a limites regionais”. A consciência de classe surgiu tardiamente, quando a burguesia passou a temer a revolução social. No plano externo, por causa da vitória dos bolcheviques em 1917 na Rússia. No plano interno, em função do crescimento do proletariado acompanhado de uma insipiente organização sindical e, a partir de 1922, partidária, com o surgimento do PCB.

O problema posto pelos autores sobre a consciência burguesa reativa frente à luta de classes, faz com que eles compreendam os partidos políticos como reprodutores do isolacionismo das burguesias estaduais. Portanto, “os partidos políticos no Brasil, expressão de oligarquias regionais, não podem ter, pois, caráter nacional nem tradições políticas a defender”, concluem Pedrosa e Xavier (1931: 3). Contudo, voltando à preocupação da hipertrofia do poder executivo, afirmam que as oligarquias regionais “precisam cada vez mais do poder do Estado à medida que este se fortifica e se centraliza e que o capitalismo vai transformando a base econômica sobre a qual repousam elas” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Não é à toa que as lutas se tornavam renhidas durante as eleições presidenciais. Compreensível “Esboço” examinar a Revolução de 1930 como um processo inteligível com a análise da formação social brasileira desde a colonização. Por enquanto, o levante militar liderado por Vargas é compreendido por Pedrosa e Xavier (1931: 3) como a forma encontrada pelos estados revoltosos para resolver “a violenta contradição da forma política da Federação com o desenvolvimento pacífico das forças produtivas”. Em síntese, “a burguesia brasileira procura uma fórmula conciliatória entre a tendência centralizadora do Estado e a forma federativa de governo, garantia da unidade política do Brasil” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). Somente no decurso do processo revolucionário que a Oposição de Esquerda compreenderia que o bonapartismo gestado ao longo da República Oligárquica se manifestaria plenamente no governo provisório de Vargas, quando ela lançaria o manifesto “Aos Trabalhadores” em 1931.

Ao reconhecerem a importância de “Esboço”, Marques Neto e Karepovs (2007: 398) afirmam que nele se apresentou as origens e as especificidades do desenvolvimento capitalista brasileiro e se demonstrou suas especificidades, fruto da coexistência de formas atrasadas e avançadas de dominação política e produção econômica, que “condicionaram processos de constante instabilidade política e econômica, que governos fortes e centralistas buscavam manter sob controle”. Mas o impasse instaurou-se no fim do governo Washington Luís quando o poder executivo hipertrofiado separou-se dos interesses imediatos da fração burguesa que o alçou ao poder. Marques Neto e Karepovs (2007) concluem que a caracterização realizada por Pedrosa e Xavier em 1930 distingue-se fundamentalmente das análises dos comunistas por ter compreendido o levante militar de outubro como resultado do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e não resultante das contradições entre os interesses do imperialismo inglês e do estadunidense. Segundo Ferreira (2005: 23), “Esboço” apreendeu “as forças aliancistas em 1930 enquanto expressões caóticas mas muito pertinentes à estrutura do nosso desenvolvimento”.

Como a Revolução de 1930 estava em andamento quando da redação do texto por Pedrosa e Xavier, ela era entendida como um teste para a unidade nacional, instável em razão de uma consciência burguesa forjada

no relativo isolamento das elites regionais entre si. Com a cisão ocorrida no bloco de poder, a unidade nacional estava sendo posta a prova porque ela, conforme Pedrosa e Xavier (1931: 3), “tem sido antes uma conquista política do que uma consequência econômica”. Entretanto, a dialética do desenvolvimento econômico pressionou a burguesia a consolidar a unidade nacional pelas armas. Isso se devia ao desenvolvimento das forças produtivas que obrigava a burguesia a encontrar, nos termos de Pedrosa e Xavier (1931: 3), “uma fórmula política adequada ao equilíbrio dos estados chegados ao limiar de um maior desenvolvimento capitalista”. Decompondo a burguesia em suas frações conforme a região em que elas estavam situadas: a burguesia industrial de São Paulo carecia de mercados; a burguesia agrária do Rio Grande do Sul, em razão do caráter policultor de sua produção, carecia de “uma proteção mais solícita do governo central”; a burguesia mineira, cuja base produtiva era mais diversificada, com um potencial significativo para o desenvolvimento da indústria pesada, reclamava “maior soma de poderio central, de par com motivos de ordem política que se resumem na repercussão da ruptura da aliança tradicional com S. Paulo para o exercício do governo federal”; a burguesia nordestina exigia “uma intervenção menos precária da União para resolver mais sistematicamente os problemas básicos de sua economia, tornando possível um desenvolvimento mais regular das forças de produção” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3).

Concomitantemente ao conflito gerado pelos interesses específicos das frações burguesas, Pedrosa e Xavier (1931) não deixavam de levar em conta que os interesses imperialistas agravavam ainda mais as contradições e pesavam exageradamente sobre o Estado. Lembram que o balanço de pagamentos deficitário criava um círculo vicioso e o governo federal recorria ora ao capital financeiro inglês ora ao capital financeiro estadunidense para cobrir suas dívidas. Além desse processo da acumulação imperialista, destacam a majoração progressiva dos impostos, achatando a renda dos trabalhadores rurais e dos urbanos. E concluem que o empobrecimento destes gerou outro círculo vicioso, pois, com a renda sendo pressionada para baixo, tornava mais difícil o fortalecimento do mercado interno.

Percebendo a mudança da sociedade brasileira, eles compreenderam que, além das contradições no interior da burguesia e do imperialismo, o surgimento de outras classes agravava a situação política. Se a exploração rural colonial bloqueou a formação dos pequenos proprietários rurais, a crise da produção cafeeira favoreceu a maior racionalização da cultura e criou condições para a diferenciação das classes no campo. Se essa diferenciação favorecia o mercado interno, tornava mais instável o processo político. Pedrosa e Xavier (1931: 3) afirmam que “a concentração da propriedade e a sua divisão são a base contraditória do processo, ainda favorecido pelo desenvolvimento da luta armada, da formação de uma classe média de pequenos proprietários”. Portanto, “tal reagrupamento surge na arena política do Brasil como uma formação estranha à tradição histórica e econômica do país”. Em suma, os pequenos proprietários rurais, formados essencialmente pelos colonos do sul do Brasil, eram estranhos à formação social brasileira, pois, segundo o argumento de “Esboço”, eles eram frutos da imigração. A racionalização da produção cafeeira gerou uma classe que era um corte na tradição da sociedade brasileira, mas da mesma forma que as outras classes a dos pequenos proprietários rurais não conseguia romper os limites estreitos de uma consciência forjada regionalmente: “seus interesses são regionais, por sua própria natureza, e o localismo da sua economia lhe fornece a base regional de um sentimento patriótico, que não transcende as fronteiras de um estado” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3).

Mesmo levando em consideração o surgimento de uma nova classe que rompia com o latifúndio, os autores não atribuem qualquer papel revolucionário para ela no quadro político brasileiro. Sua hegemonia restringia-se a sua localização territorial, só se formou “por necessidade de defesa própria”, ao “procurar impor a sua vontade de classe na base estadual”, destacam Pedrosa e Xavier (1931: 3). Entretanto, por causa da expansão do capitalismo monopolista, “está irremediavelmente condenada, pois o seu advento como

classe ponderável no Estado tem como consequência a penetração ainda maior e mais constante de capitais estrangeiros, sujeitando-se deste modo mais diretamente ao predomínio imperialista” (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3). A análise empreendida por Pedrosa e Xavier (1931: 3) o levam a concluir que “a independência nacional torna-se ainda mais periclitante, conserva-se ou não a unidade política do país, pois a pequena propriedade não tem nenhum interesse específico no problema da unidade nacional”. Assim, a Revolução de 1930 colocava o problema da unidade nacional frente à formação regionalista das classes sociais. Nem a burguesia nem a pequena burguesia detinham uma consciência coletiva a deixar de lado seus interesses particularistas em nome da unidade nacional.

Independente de qual fração burguesa fosse vitoriosa no levante militar de outubro, a unidade do Brasil sob o poder burguês seria, para Pedrosa e Xavier (1931: 3), “assegurada na razão direta da exploração crescente das classes oprimidas, e o rebaixamento sistemático das condições de vida do proletariado”. Se eles não perceberam que a concessão de direitos sociais poderia melhorar as condições de vida dos trabalhadores, notaram que os direitos civis e políticos estavam em risco e que a sociedade deveria se organizar para salvaguardar as liberdades democráticas. Apesar do tom dogmático do fim de “Esboço”, de que “nas condições presentes, a tarefa mais urgente que cabe ao proletariado, é a criação de um verdadeiro partido comunista de massa”, para conseguir tornar-se a classe hegemônica e implantar a “ditadura do proletariado e a salvaguarda da unidade e independência nacional pela organização do Estado soviético”, a ação política da Oposição de Esquerda se pautaria até o fechamento do regime para a esquerda em 1935 pela resistência democrática à gênese do bonapartismo iniciado no governo provisório (PEDROSA; XAVIER, 1931: 3).

O AUTORITARISMO PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930 SEGUNDO A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Apesar de “Esboço” ter sido redigido durante o movimento outubrista, Pedrosa e Xavier (1931) conseguiram intuir alguns desdobramentos da Revolução de 1930 através de uma análise *pari passu* do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Entretanto, como observado anteriormente, eles compreenderam o caráter bonapartista da revolução burguesa, só que não foram conclusivos em relação à contradição entre a centralização e a federação. Somente após a vitória das frações burguesas atreladas a Vargas, que os opositores perceberiam que essa contradição fortaleceu ainda mais a centralização. Assim, em janeiro de 1931, a Comissão Executiva Provisória da Liga Comunista publicou no *Boletim da Oposição* o manifesto “Aos Trabalhadores”, onde destacava o caráter bonapartista do governo provisório e a necessidade da ação política da esquerda ter como bandeira as liberdades democráticas.

Como “Esboço”, esse manifesto enfatiza a hipertrofia do poder executivo, ao constatar que “o governo federal tornou-se tão absorvente, tão grande é a soma de poder enfeixada nele, que a burguesia de um estado que se apodera dele pode exercer um controle quase completo de todas as forças do Estado” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 57). Com a centralização, a fração burguesa que controlar o governo federal “dispõe do instrumento mais aperfeiçoado para a exploração da massa oprimida” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 57). Se o Estado brasileiro era o mais perfeito instrumento de exploração das classes subalternas, suas Forças Armadas estavam mais aptas a defenderem os interesses da burguesia do que os da Nação. A distorção dos princípios de defesa levou os militares a se mobilizarem para “impor ao povo a vontade da classe dominante e esmagar as revoltas populares” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 57). A repressão popular *normaliza* a situação de conflito social gerado pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e os empréstimos para rolar as dívidas do governo federal eram aprovados pelo capital financeiro em razão da aparente paz social. Como exposto em “Aos Trabalhadores”, a burguesia pode “mais livremente obter das potências

imperialistas os empréstimos que aumentam a opressão das massas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 57). Para a Oposição de Esquerda, o vínculo entre a burguesia e o imperialismo acentuava o caráter autocrático da revolução burguesa no Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo vai fortalecendo as elites dos outros estados que estavam submetidas à hegemonia da burguesia cafeeira no poder executivo. O manifesto oposicionista nota que em 1930 a burguesia gaúcha detinha força suficiente para arrebatar o governo federal das mãos do PRP. Sozinha, contudo, essa burguesia não teria logrado sucesso no levante de outubro; o apoio das elites de outros estados foi fundamental. Ele veio com a cisão no bloco de poder: com a burguesia mineira, liderada por Arthur Bernardes, lutando “pela hegemonia política que estava sendo exercida por São Paulo” e o levante da Paraíba representando os “anseios da burguesia local do Nordeste ambicionando uma maior liberdade política” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 57). Os “velhos e jovens politiqueiros” da República Velha, *“auxiliados por um pronunciamento típico de oficiais superiores que hipotecavam seu apoio a Washington Luís (enquanto este não os mandou às linhas de fogo)”* foram aderindo ao movimento encabeçado por Vargas *“em nome da unidade nacional em perigo”* (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 57-58).

Mesmo de tendência separatista, a burguesia gaúcha tornou-se “campeã da unidade nacional” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 58). Destarte, “foi apeado do governo federal o partido mais representativo dos interesses da burguesia monopolizadora de São Paulo, uma vez vacilante a sua base econômica, caracterizada pela monocultura capitalista” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 58). A Comissão Executiva percebe que a burguesia gaúcha foi capaz de mobilizar os anseios das frações burguesas descontentes com a hegemonia da burguesia cafeeira porque sua base produtiva estava mais subordinada ao fortalecimento do mercado interno. Com o mercado externo em crise, a hegemonia de São Paulo tornava-se cada vez mais instável, concomitantemente ao fortalecimento das outras frações burguesas a partir da Primeira Guerra, como Pedrosa e Xavier (1931) tinham observados em “Esboço”. Segundo “Aos Trabalhadores”, *“agora, está-se vendo a burguesia gaúcha, baseada na policultura, pecuária e indústrias correlatas, fazendo a campanha pela ‘unidade da pátria’, fazer a sua própria propaganda”* (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 58). *“Só que os interesses particulares dessa burguesia – por ela se reproduzir com o fortalecimento do mercado interno – estavam de acordo ao novo patamar de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nos termos do manifesto oposicionista, ‘a necessidade em que se vê de assegurar mercados internos para a sua produção, leva-a a proclamar um ‘nacionalismo econômico’, ‘favorável ao povo’ e ‘pelo barateamento da vida’; todavia ‘mal esconde uma torpe solicitude em benefício dos seus próprios interesses de classe’”* (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 58).

Quando da redação de “Esboço”, a contradição entre centralização e federação ainda precisava ser resolvida pela burguesia no intuito de assegurar a unidade nacional. Após o termo final da cisão do bloco de poder, a Liga Comunista afirma que “a unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da ‘Aliança Liberal’” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 60). “O acordo geral da burguesa”, porém, “está sendo restabelecido à custa de uma opressão maior das classes pobres, reduzidas às mais duras condições de vida” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 60). E ele *“será no Brasil burguês a última forma conciliatória entre a centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política”* (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 60).

Pelo fato de a análise oposicionista entender que o capitalismo brasileiro era determinado de modo complexo tanto pelo seu movimento interno quanto pela dinâmica do capitalismo mundial, “Aos Trabalhadores” procurava articular a revolução burguesa de caráter bonapartista com o imperialismo. Tanto é que afirma que “a falência financeira do Estado, a redução das reservas de ouro, como efeito da política monetária do governo

perrepista, a crise econômica da superprodução agrária e industrial, agravarão o grau de dependência do Estado brasileiro à economia mundial imperialista” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 60). *“A burguesia nacional tem de submeter, pois, a sua política à política dos grandes países imperialistas”* (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 61), *conclui a Oposição de Esquerda*. A vitória de Vargas significava para Pedrosa e seus companheiros

Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou declarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas, nos diferentes estados, se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a “pátria brasileira” do desmembramento, eis a missão histórica dos “generais da revolução”, dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro a serviço da burguesia. (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 59-60)

Considerando que “nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 61), o bonapartismo da burguesia no Brasil colocado por “Aos Trabalhadores” tinha como consequência que a liberdades democráticas só se dariam no âmbito das lutas das classes subalternas. Afinal, “a burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 61). A Comissão Executiva dava dois exemplos sobre o caráter autocrático da Revolução de 1930: um com participação direta de Pedrosa¹¹, o empastelamento do *Jornal do Brasil* no dia da deposição de Washington Luís, cuja reação das tropas revolucionárias foi “espingardear o povo, na defesa do património do conde Pereira Carneiro” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 61); e a dissolução de um comício da Confederação Geral do Trabalho (CGT), com seus oradores sendo presos, um dia após a vitória do movimento armado liderado por Vargas. Como estavam mais bem organizados em São Paulo, os oposicionistas lembram que a liberdade na cidade durou apenas um mês e enumeram alguns atos autoritários das frações burguesas vitoriosas em 1930, tais como o cerceamento do direito de greve e do direito de associação, a censura à imprensa e a infiltração de policiais nas reuniões sindicais.

Ao considerar que o caráter bonapartista da revolução burguesa no Brasil era irremediável, a Liga Comunista julga que “só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 62-63). Ao organizar-se, o proletariado deparava com a frente única das frações burguesas, que deixavam suas divergências de lado para reprimir as organizações sindicais e políticas proletárias. “Não nos intimidam os manejos da ditadura burguesa. O proletariado lutará pelas reivindicações democráticas, batendo-se pelo direito de organizar os seus sindicatos revolucionários de classe e pela legalização do partido de sua vanguarda consciente” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 63), conclamam os oposicionistas.

“Aos Trabalhadores” reivindica, em suas últimas linhas, ampla liberdade de organização sindical, o reconhecimento dos comitês de fábricas e de fazendas, jornada de trabalho de 8 horas, o direito de greve, o salário mínimo, o seguro desemprego, os contratos coletivos de trabalho tanto nas fábricas quanto nas fazendas, a anulação dos impostos e hipotecas sobre as pequenas propriedades rurais e urbanas e o sufrágio universal,

11 Conforme Marques Neto (1993: 158), “ao elaborar seus dados biográficos com a ajuda de Mary Pedrosa, Mário Pedrosa também anotou que, no dia em que Washington Luiz foi deposto, o povo foi para as ruas e, pela primeira vez, Pedrosa tentou ‘influenciar o povo, procurando levá-lo a empastelar o *Jornal do Brasil* na Avenida, depois de incendiado *O Paiz*’”.

com “voto secreto, direto, sem distinção de sexo e nacionalidade, para os maiores de 18 anos e extensivo aos marinheiros e aos soldados” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 65). Por fim, a Assembleia Constituinte, para a Oposição de Esquerda, deveria ser convocada tendo como base tais reivindicações. Ao analisar o governo provisório, o manifesto oposicionista demonstra que a resistência democrática pautaria a ação política da Liga Comunista durante o início da Era Vargas. Se a análise de Pedrosa e Xavier (1931) sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em “Esboço” apreendeu a constituição do pensamento político autoritário brasileiro pós-1930, ao organizar as classes subalternas para confrontar o poder executivo hipertrofiado e a burguesia autocrática a Oposição de Esquerda fez um prognóstico sobre o crescente autoritarismo a partir da Revolução de 1930.

DEFENDENDO A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

A defesa da convocação da Assembleia Constituinte por parte da Comissão Executiva da Liga Comunista objetivava a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais. Esse objetivo deveria ser atingido sem deixar as classes subalternas à margem do processo político. Em 21 de janeiro de 1931, durante o ato de fundação da Liga Comunista do Brasil, quando ela aderiu formalmente à Oposição de Esquerda Internacional, Pedrosa, no relatório que redigiu sob o pseudônimo de Miguel para a Comissão Executiva apresentar na Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista, afirma que a palavra de ordem da Assembleia Constituinte deveria ser lançada “para aprofundar o movimento iniciado em outubro de 1930 e dar um programa político às massas que então davam mostras evidentes de interesse político” (KAREPOVS; MARQUES NETO; LÖWY, 1995: 239). Ao notar que a Revolução de 1930 provocou uma mobilização social para além das frações burguesas em disputa pelo poder executivo, Pedrosa acreditava que o curso do processo revolucionário poderia ser alterado e obter traços populares e radicais. Em 14 de julho de 1932, alguns dias após o início da Revolução Constitucionalista, a Comissão Executiva fez circular entre os comunistas o folheto impresso “Aos Camaradas”, onde censurou o PCB por não ter aderido à palavra de ordem democrática. Os oposicionistas ressaltam que se o PCB a tivesse lançado em conjunto eles teriam “podido desenvolver uma intensa agitação em todo o país e conduzir as massas sob o nosso estandarte” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 114). Destarte, “não só diminuiu consideravelmente a sua influência sobre as massas, como afastou mesmo a simples possibilidade de ligar-se com elas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 115). Observa-se em “Aos Camaradas” que a ação política pela via institucional era vista pela Oposição de Esquerda como uma forma de buscar uma aproximação efetiva das massas. No *Boletim da Oposição* de maio de 1932, a Liga Comunista apresentou “Teses sobre a Constituinte”, no qual tentou convencer os comunistas da justeza teórica e prática da palavra de ordem democrática. O ato de convencimento passava por uma análise sobre o Estado para demonstrar que as liberdades democráticas possibilitavam apresentar às massas que o proletariado tinha um projeto político autônomo da burguesia. Para os oposicionistas, a participação da esquerda no Parlamento contribuiria para desmascarar a natureza autocrática da elite brasileira.

Em “Teses sobre a Constituinte”, a Liga Comunista parte do pressuposto que o Estado é o *locus* do poder burguês. A elasticidade estatal torna estável o poder burguês face à instabilidade do desenvolvimento capitalista. Como posto nesse documento, “permite à burguesia adaptar-se às múltiplas circunstâncias criadas no curso do desenvolvimento das contradições próprias do modo de produção capitalista” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 95-96). Se na fase concorrencial do capitalismo a burguesia exercia seu poder alheia ao Estado, na fase imperialista esse alheamento não era mais possível porque ela precisava do poder estatal para “manter a posse de todas as riquezas sociais: a terra, os produtos e os meios de produção” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 95). “Na fase imperialista”, portanto, “a burguesia, internacionalizando os seus interesses, arredou de si todo preconceito político e utiliza todas as formas de Estado, transformando-as

socialmente, e sujeitando-as aos seus objetivos” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 96). Nessa afirmação se constata que o capitalismo viceja nas formas clássicas de democracia (monarquia constitucional, república parlamentar e presidencial), no Estado corporativo (em 1932, fascismo e, nos anos posteriores, salazarismo e franquismo) e nas ditaduras militares: “todas as formas de Estado são outras tantas formas pelas quais se exterioriza a dominação dos capitalistas sobre os trabalhadores” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 96).

A análise sobre o Estado presente em “Teses sobre a Constituinte” leva a Oposição de Esquerda a concluir que “seja qual for a *forma de governo*, o que existe sempre é a *ditadura de uma classe sobre a outra*” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 95, grifo nosso). Aqui ocorre uma distinção cara a Marx, Engels e Trotsky, onde a ditadura de classe é tomada como sinônimo de domínio de classe, não se tratando de uma forma de governo (DEUTSCHER, 1988). Em síntese, a ditadura de classe designa a essência do Estado, qual poder de classe emana dele, sem relação direta com a forma de governo que ocorre o domínio de classe. O que distingue o domínio do proletariado em relação ao da burguesia é que ele reflete a vontade da maioria. O conceito de ditadura do proletariado se refere ao domínio do proletariado. Somente com a distinção entre a ditadura do proletariado e a forma de governo que se deve analisar “Teses sobre a Constituinte” como o documento em que a Liga Comunista expressava que sua ação política basear-se-ia nas liberdades democráticas. Estas eram fundamentais para o proletariado conseguir obter o domínio sobre a burguesia, isto é, chegar à ditadura do proletariado¹².

A libertação das massas exploradas e oprimidas da dominação burguesa só ocorreria por meio da revolução proletária para a Oposição de Esquerda. Ao conquistar o poder, o proletariado deteria o domínio sobre a burguesia. E os órgãos de governo da ditadura do proletariado passariam a ser os sovietes, que constituíam o aparelho do Estado proletário. Conforme “Teses sobre a Constituinte”, os sovietes são “*órgãos de insurreição*, como organismo de frente única das massas no período que precede a tomada do poder pelo proletariado” e “*órgãos de poder*, após a destruição do aparelho de Estado da burguesia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 98, grifo no original). Portanto, eles têm duas fases: enquanto a burguesia detinha o domínio sobre o proletariado, seriam uma espécie de organização suprapartidária a agrupar os representantes das mais diversas classes antagônicas à burguesia; mas, a partir do momento em que o proletariado passasse a deter o domínio sobre a burguesia, o poder da sociedade organizada passaria a emanar dos sovietes, como um contrapeso à vanguarda revolucionária. A forma como o grupo político liderado por Pedrosa assimila os sovietes deixa claro que a revolução comunista não seria obra exclusiva de uma vanguarda, mas passava por um processo de organização da sociedade que precede o domínio do proletariado. Compreensível, então, a Liga Comunista ter reprovado o *putsch* comunista de 1935, porque ele foi dado sem a sociedade estar organizada a ponto de sustentar a tomada de poder da vanguarda revolucionária.

A análise de “Teses sobre a Constituinte” sobre os sovietes demonstra que as liberdades democráticas para a Liga Comunista tinham um caráter pedagógico indispensável à organização da sociedade. Mesmo sobre o domínio da burguesia, o proletariado tinha de recorrer “a todas as formas da democracia burguesa”, pois elas eram “o meio mais fácil de alcançar a destruição das mesmas, como também a forma mais natural de conduzir as massas retardatárias, que ainda possuem ilusões democráticas, ao caminho da revolução proletária” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 98). Assim, “por ocasião das eleições para as instituições democráticas da burguesia”, prossegue o documento oposicionista, “o proletariado deverá apresentar candidatos próprios, saídos de sua classe e sustentando um programa revolucionário, baseado numa política revolucionária,

12 Certamente o termo hegemonia poderia ter sido usado para caracterizar a forma como ditadura do proletariado era compreendida no contexto, mas não era de conhecimento dos oposicionistas o conceito de Gramsci (2004), menos ambíguo que o conceito de ditadura do proletariado para designar a fase em que o proletariado detém a hegemonia perante a burguesia.

independente, de classe” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 98-99). O boicote às instituições democráticas da burguesia só podia ser levado a cabo quando o proletariado tivesse “a possibilidade de opor à democracia burguesa a sua própria democracia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 99). Portanto, as liberdades democráticas deveriam ser defendidas para a sociedade se organizar e a vanguarda educar as massas sobre a justeza da revolução proletária. Cauteloso, os oposicionistas alertavam que “só a situação pode indicar, em cada caso particular, se o boicote é ou não a tática mais aconselhável” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 99-100). Afinal, enquanto a sociedade não estiver organizada para assegurar a tomada de poder da vanguarda revolucionária, deixar de defender as liberdades democráticas pelo fato de elas se darem sobre o domínio da burguesia diminuiria as possibilidades do proletariado apresentar às massas seu projeto político.

Após considerar que as liberdades democráticas deveriam ser defendidas pelos comunistas no intuito de favorecer a organização do proletariado mesmo sob o domínio da burguesia, o documento oposicionista procura destacar a importância do parlamento para a esquerda. A Liga Comunista afirma que “o parlamento é uma instituição da democracia burguesa” e, para a burguesia, destina-se “a fazer crer ao povo que é ele quem governa, pois, podendo eleger os seus representantes, não lhe seria difícil obter a maior parcela de poder” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 100). Mas, apesar do Estado ser um instrumento de dominação da burguesia, o poder burguês “não se baseia exclusivamente no parlamento, cuja função é relativamente secundária e cuja existência é condicional” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 100). Condicional porque, como demonstrou a Revolução de 1930, o parlamento pode ser fechado conforme os interesses da burguesia. Secundário porque “a burocracia administrativa concentrada nos ministérios e sustentada pela polícia, pela marinha e pelo exército burgueses” era o essencial do aparelho de Estado (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 101).

Ao diminuir a importância do parlamento para a burguesia, os oposicionistas põem em destaque o poder burguês, que, no Brasil, se concentrava essencialmente no poder executivo, como eles tinham assimilado no exame realizado em “Esboço” sobre o desenvolvimento do capitalismo nacional. Destarte, o parlamento passava a ser importante para o proletariado contrapor-se à burguesia. Se o parlamento era secundário para a burguesia, o interesse dos comunistas em substituí-lo pelos soviets estava condicionado à superação do capitalismo. Em síntese, a destruição do parlamento só podia ser de interesse do proletariado se o regime burguês fosse extinto também. A ressalva é que “o proletariado não poderá alcançar o seu objetivo sem chamar ao seu lado a maioria da população” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 101). Aí reside a importância do parlamento para a esquerda porque “a participação do partido comunista nos parlamentos burgueses é necessária para chamar as massas mais retrógradas à vida política” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 102). “Teses sobre a Constituinte” coloca de maneira esclarecedora o caráter pedagógico das liberdades democráticas para a Liga Comunista:

[...] Em todo o mundo capitalista, ao lado do proletariado consciente dos seus objetivos revolucionários, encontram-se largas camadas da população trabalhadora (proletários, semiproletários, pequeno-burgueses), sustentáculos da democracia burguesa, porque, escravas das ilusões constitucionais, esperam ainda do exercício do voto uma mudança radical de condições de vida. Essas camadas de trabalhadores não creem nas próprias forças. É para o esclarecimento dessas consciências que o partido do proletariado revolucionário deve entrar nas eleições e na luta dos partidos no parlamento burguês. É para neutralizar a influência da burguesia sobre essas camadas retardatárias da população trabalhadora, separando-as da colaboração com a burguesia, aproximando-as da compreensão de que só uma revolução proletária vitoriosa lhes dará satisfação aos objetivos econômicos. [...] (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 102)

O apego à ortodoxia marxista levou o grupo político liderado por Pedrosa a reduzir o parlamento enquanto instituição da democracia burguesa, entretanto conseguiu notar sua importância para a esquerda contrapor-se ao domínio da burguesia. Afinal, “não é no mecanismo eleitoral da democracia burguesa”, destaca o documento oposicionista, “que se encontra o fundamento do poder, mas na propriedade, no monopólio do ensino e no armamento” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 101-102). Em vez de combater o parlamento por ser uma instituição da democracia burguesa, o proletariado devia tê-lo como instrumento para a conquista do poder. Ao lado do parlamento, a esquerda deveria lutar pela organização da sociedade. A ação política comunista tinha duas frentes: institucional – ao buscar participar do processo eleitoral – e revolucionária – ao organizar greves, manifestações, sindicatos, entre tantas outras formas de mobilização social. Assim agiu a Liga Comunista entre 1930 e 1935, com fracassos e sucessos. Do mesmo modo que havia um pomo de discórdia entre a Oposição de Esquerda e o PCB no que diz respeito à análise da sociedade brasileira, expressa em “Esboço”, havia outro entre eles no que se referia à ação política, sintetizada na rejeição dos stalinistas à palavra de ordem democrática e levada ao paroxismo posteriormente, quando os comunistas liderados por Prestes tentaram tomar o poder em 1935. Onde “Teses sobre a Constituinte” concluir que “as palavras de ordem democráticas, como por exemplo a de Assembleia Constituinte, devem, pois, ser utilizadas pelo proletariado em todo o curso de sua luta contra a burguesia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 105).

A defesa da convocação da Assembleia Constituinte pela Liga Comunista era uma tentativa de aproximar-se efetivamente das massas. Mas também de tentar reverter o processo autoritário que tornava mais difícil a situação do proletariado organizado de todos os matizes ideológicos – anarquistas, comunistas e trotskistas. Não é à toa que a análise de “Teses sobre a Constituinte” considera os soviets um organismo de frente única, onde todas as tendências de esquerda se reuniriam para bloquear a desorganização acarretada pela repressão política levada adiante por Vargas. Em 1932, o grupo político liderado por Pedrosa estava disseminando a tese de frente única entre as esquerdas e apresentando as liberdades democráticas como um programa mínimo. Destarte, teve de analisar a cisão ocorrida no interior do bloco de poder no intuito de demonstrar a oportunidade aberta ao proletariado organizado tentar reverter o processo autoritário.

Segundo a Liga Comunista, o governo discricionário de Vargas cerceava “as liberdades mais elementares: de reunião, de pensamento, de imprensa, organização” e dirigia “contra os sindicatos operários uma séria ofensiva, visando castrá-los e reduzi-los à passividade com a decretação de leis de caráter fascista” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 102 et seq.). Por outro lado, a cisão no interior da burguesia fez com que os antagonismos capitalistas assumissem “a forma de conflitos armados entre facções da burguesia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 97). Consequentemente, “a burguesia brasileira, mais do que nunca, sente-se fraca e dividida, sem forças para resolver sequer as tarefas de ‘reforma’ e ‘moralização’ que se propôs como justificativa política da cavalgata guerreira de outubro” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 105). A fraqueza da burguesia exprimia as contradições referentes à base produtiva das frações burguesas. Para a centralização não escapar de seu controle, a burguesia cafeeira preferia que a centralização ocorresse sobre uma composição de forças entre as diversas frações burguesas a uma ditadura militar. Porém, a centralização por cima das frações burguesas beneficiava as do Norte e do Nordeste alijadas do poder central durante o pacto vigente na República Oligárquica. A ditadura militar era, portanto, “o meio mais cômodo para a satisfação dos seus interesses vitais” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 106).

“Teses sobre a Constituinte” afirma que “ou a ditadura, apoiando-se diretamente nas armas, se consolida, ou capitula diante da pressão dos elementos constitucionalistas da burguesia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 106). Ambos os casos visavam a defesa dos interesses da burguesia. Mas a Liga Comunista acreditava que poderia aproveitar a cisão no bloco de poder para aproximar-se efetivamente das massas. Caso “a ditadura

se consolide e consiga adiar para as calendas a convocação da Constituinte”, a vanguarda do proletariado, ao reivindicar as liberdades democráticas, propõem os oposicionistas, “deve-se lançar a campo, com todos os meios ao seu alcance, numa luta pela Constituinte imediata, nas bases mais democráticas possíveis, com plenos poderes, soberana” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 106 et seq.). “Quanto mais a ditadura lançar mão dos meios violentos de dominação”, conclui a Oposição de Esquerda, “tanto mais a luta pela Constituinte se deslocará das fileiras da burguesia constitucionista para a vanguarda proletária” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 106 et seq.). Apesar de o documento oposicionista apontar o erro dos stalinistas em não terem levado em conta a justeza da palavra de ordem democrática, ao considerarem que “a massa, no Brasil, não quer a Constituinte, e sim os soviets” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: passim), não se perguntou se a esquerda estava suficientemente organizada para levantar a bandeira da Assembleia Constituinte contrapondo-se à burguesia. Em 1932, a esquerda ainda não tinha conseguido formar uma frente única, mesmo com os oposicionistas sabendo de sua importância em um contexto de crise da democracia liberal, como a experiência de Pedrosa na Alemanha no final da década de 1920 tinha lhe ensinado que o boicote às instituições democráticas da burguesia pelos comunistas alemães levou água ao moinho do nazismo¹³.

FRENTE ÚNICA E FASCISMO

Apesar de sua luta pela frente única ser anterior à sua adesão formal à Oposição de Esquerda Internacional em 1931, a Oposição de Esquerda só conseguiu unir as esquerdas sob um programa mínimo em 1933. Curiosamente, quando as esquerdas passaram a temer o avanço do fascismo no Brasil. Por ser um fenômeno internacional, deve-se voltar para a política da Europa para entender por que o antifascismo conseguiu aglutinar as esquerdas brasileiras.

O primeiro aspecto a se levar em conta é inerente às vicissitudes do comunismo. Com o refluxo da onda revolucionária no início dos anos 1920, a Internacional Comunista passou a adotar a política de frete única objetivando reagrupar as forças revolucionárias dispersas. A Grande Depressão fez a Internacional Comunista rever sua posição. No X Pleno do Comitê Executivo do Comintern, realizado em 1929, houve a formulação da teoria do terceiro período. Esta, ao considerar que o capitalismo passava por uma crise estrutural capaz de desencadear uma guerra entre as nações imperialistas, levou os comunistas a adotar uma ação política sectária no interior da esquerda. O sectarismo era produto de uma análise que julgava que a vanguarda revolucionária tinha de evitar que a crise capitalista se transformasse em uma guerra imperialista contra a União Soviética. Contudo, aproveitando-se da instabilidade social, o partido comunista de cada país interveria no processo tentando transformá-lo em uma guerra civil revolucionária. Assim agindo, a vanguarda deveria impedir a ação da socialdemocracia sobre o movimento operário, equiparada pelos stalinistas ao fascismo em razão de sua capacidade de iludir os operários em favor da manutenção da dominação burguesa. Por isso a denominação “social-fascismo”, porque os socialdemocratas eram aliados dos fascistas. Com tal quadro pintado pelo Comintern, o PCB não podia ingressar em uma frente única ao lado de outras organizações de esquerda em 1933. Portanto, são compreensíveis os motivos que levaram os stalinistas a não aderir à palavra de ordem democrática lançada pela Oposição de Esquerda em 1931, sistematizada no ano posterior em “Teses sobre a Constituinte”, pois reivindicar as liberdades democráticas em um contexto de crise estrutural do capitalismo protelava a dominação burguesa no Brasil pela perspectiva stalinista. A teoria do terceiro período perdurou até o final de 1934, quando a Internacional Comunista orientou os comunistas a adotar a política de frente popular.

13 Pedrosa traduziu uma série de artigos de Trotsky (1933) que criticava a posição dos comunistas alemães, que se recusaram a formar uma frente única com outros setores da esquerda, destacadamente a socialdemocracia, para combater o nazismo, preferindo isolar-se por acreditar que a crise da democracia liberal era a derrocada final do capitalismo.

O comunismo não era uma unidade. Em 1930, Trotsky, já expulso do Partido Comunista da União Soviética desde 1927 e recém-exilado por Stálin, ao julgar que a formulação “social-fascista” do Comintern contribuiria para o avanço do fascismo na Europa, orientou a Oposição de Esquerda Internacional na política de frente única. Nos artigos em que defendeu a necessidade da frente única na Alemanha, Trotsky (1933) propôs que as esquerdas se reunissem para enfrentar o fascismo. Apesar de considerar a socialdemocracia conservadora, por causa de seu caráter reformista, acreditava que as organizações políticas de esquerda deveriam lutar para estabelecer bases objetivas e subjetivas para a revolução. Mesmo tendo como foco resistir ao avanço do fascismo, a frente única não deveria deixar de lado os objetivos revolucionários. Em 1933, Pedrosa copilou, traduziu e apresentou os artigos de Trotsky (1933) citados sob o título de *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha* pela Unitas. No prefácio dessa obra, Pedrosa (1933b: 13) assinala que o “livro é um verdadeiro manual” sobre a frente única. Ao dar testemunho sobre os acalorados debates envolvendo os trotskistas e os stalinistas para aparar arestas na formação da frente única no Brasil, Maffei (1984) diz que Pedrosa e Fúlvio Abramo citavam constantemente “Os 21 Erros de Thaelmann”. Neste artigo publicado em *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, Trotsky (1933: 375) afirma que o bonapartismo é “o regime da ‘paz civil’ que assenta sobre uma ditadura policial-militar”, enquanto o fascismo é “o regime de guerra civil aberta contra o proletariado”. Por isso a Liga Comunista estabelece a frente única com dois objetivos: o primeiro estava relacionado ao enfrentamento do bonapartismo de Vargas através da luta pelas liberdades democráticas e o segundo dizia respeito ao confronto direto com a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 07 de outubro de 1932, na tentativa de impedi-la de conquistar o poder.

O último objetivo ajuda a compreender o segundo aspecto que contribui para o antifascismo ter conseguido aglutinar as esquerdas brasileiras. A teoria do terceiro período colaborou para a derrota da esquerda na Alemanha, um dos países com o proletariado mais bem organizado e com partidos de esquerda de massa, facilitando a ascensão de Hitler ao poder. O fascismo derrotou uma das esquerdas mais fortes da Europa aproveitando-se do sectarismo defendido pela Internacional Comunista. Se a esquerda brasileira não mirasse no exemplo europeu permitiria que o fascismo grassasse no seio das comunidades de imigrantes no Brasil e também contribuiria para que o integralismo conquistasse adeptos no meio estudantil e intelectual, além da adesão da burguesia e da pequena burguesia¹⁴. Em razão do contexto europeu, o antifascismo conseguiu tirar a frente única proposta pelo grupo político liderado por Pedrosa do papel. O primeiro trimestre de 1933 deixou os comunistas brasileiros alertas porque a democracia europeia e o movimento comunista internacional foram destruídos pelo fascismo. Na Alemanha, cuja tradição operária e revolucionária viabilizou a existência de um partido comunista e de um partido socialdemocrata com uma capilaridade inimaginável para o Brasil, com os comunistas tentando organizar um insipiente operariado sob o jugo da repressão do Estado, a política sectária do Partido Comunista Alemão cooperou para a ascensão dos nazistas ao poder.

De olho na situação da Europa, Pedrosa (1933c: 2) observa, em entrevista, que “é inegável que os fascistas, com a subida ao poder, ocupam agora posições estratégicas superiores às dos adversários”. Portanto, no Brasil, havia necessidade da esquerda se organizar em uma frente única para não permitir a extrema-direita alcançar “posições estratégicas superiores” à da esquerda. Apesar do entrevistado não ter se preocupado em compreender as especificidades do integralismo face ao fascismo, apreendeu que o governo provisório não poderia ser confundido com o fascismo. Mas, se a esquerda não agisse, possibilitando o integralismo a dar

14 Tanto Trindade (1974) quanto Bertonha (1998) observam que a composição social do integralismo era formada majoritariamente pela burguesia e pela pequena burguesia e notam que houve canais comunicantes significativos entre o fascismo e o integralismo. Ao consultar os despachos da embaixada italiana, Bertonha (1998) vai mais além, ao notar que foram intensas as relações entre o governo fascista italiano e a AIB.

demonstrações de força, o processo político iniciado em 1930 corria o risco de tomar um rumo ainda mais preocupante para as classes subalternas. Em síntese, se o bonapartismo desagregava o movimento operário, o fascismo devastá-lo-ia. Do mesmo modo que as liberdades democráticas, a frente única também tinha um caráter educativo para Pedrosa (1933c: 2): “A teoria social-fascista, criada pela cegueira política de Stálin, serviu para deseducar a massa comunista, entravando a ação do próprio Partido e impedindo a realização de sua tarefa primordial e mais imediata: a conquista dos operários socialdemocratas”. Mesmo tentando compreender a situação política europeia, a conclusão de Pedrosa (1933c: 2) sintetiza seu pensamento sobre a ação política a ser levada adiante no contexto da Revolução de 1930:

Todas as previsões da Oposição Internacional de Esquerda, sobretudo de Trotsky, vão se realizando, infelizmente, com uma precisão matemática. A política, para a conquista da maioria socialdemocrata, era a política da frente única de todas as organizações proletárias, tendo por objetivo imediato e concreto a defesa contra o inimigo comum, isto é, fascismo. Tivesse sido feitas esta frente única e de defesa contra o assalto do fascismo, e este ou não teria chegado ao poder, ou a sua tentativa de galgá-lo teria encontrado pela frente todo o proletariado preparado e organizado para a luta, que seria iniciada com a greve imediata. Agora, o que estamos vendo, é a necessidade em que o Partido se encontra de fazer essa frente única, mas em condições muito mais desfavoráveis, porque já é sob a ofensiva do adversário reforçado pelas forças repressivas do Estado. A preparação da greve se torna assim muito mais difícil. Mesmo agora, sob o fogo concentrado do inimigo, a única solução é a política há tanto tempo preconizada pela Oposição de Esquerda: frente única para a greve geral, congresso dos comitês de empresa, controle operário da produção, formação de sovietes [...].

Segundo o entrevistado, a frente única, ao agrupar as organizações proletárias sob um programa mínimo, no intuito de derrotar o inimigo mais perigoso, o fascismo, dava oportunidade dos comunistas confrontar seu projeto político frente às outras correntes da esquerda. Assim, através dos debates, a justeza do comunismo face ao anarquismo, à socialdemocracia, entre tantos outros projetos políticos de esquerda, devia ser apresentado visando obter uma hegemonia política no interior do proletariado. Em outra entrevista, Pedrosa (1973 [1933a]) informa os limites da frente única ao fazer uma ressalva ao Congresso Antiguerreiro, realizado em Amsterdã por intelectuais como Henry Barbusse e Romain Rolland no intuito de traçar um plano de combate ao fascismo. O Congresso Antiguerreiro, para Pedrosa (1973 [1933a]: 292), “constitui-se de um amálgama heterogênea de elementos vindos das diversas classes sociais e de organizações políticas, culturais ou sociais que, por definição não podiam misturar as bandeiras nem deliberar em comum”.

O ato de limitar a frente única estava de acordo à análise realizada por Pedrosa e Xavier (1931) em “Esboço”, de que a burguesia era autocrática, assim como a visão de mundo da pequena burguesia limitada ao localismo não permitia a ela compreender o perigo do fascismo para o Brasil. Essa análise da Liga Comunista pode ser sintetizada na afirmação de “Aos Trabalhadores” de que “só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 62-63). A frente única limitada ao proletariado também era fruto de uma concepção ortodoxa do marxismo, contudo a ortodoxia não anulou uma análise do desenvolvimento capitalista no Brasil levada a cabo pela Liga Comunista, que nunca chegou a um grau de sistematização de Caio Prado, embora tenha contribuído para arejar o marxismo da década de 1930, com concepção analítica e ação política distinta da difundida pelo PCB. Se a afirmação de “Aos Trabalhadores” era fruto

de uma análise da sociedade brasileira, na última entrevista citada, onde Pedrosa (1973 [1933a]: 393) fala que “para os marxistas revolucionários, isto é, para os comunistas, só o proletariado organizado é capaz de lutar efetivamente contra a guerra imperialista”, era consequência de uma concepção ortodoxa do marxismo.

A Liga Comunista não se preocupou em analisar as especificidades do integralismo face ao fascismo porque, ao contrário da análise empreendida em “Esboço”, não tentou compreender a possibilidade do integralismo, mesmo dialogando com o fascismo, ser produto da sociedade brasileira. Em síntese, a frente única para combater tanto o fascismo que se difundia entre os imigrantes e o integralismo que atraía estudantes, intelectuais e militares poderia prescindir da colaboração de organizações políticas não-proletárias? O desenvolvimento da frente única demonstraria que a ortodoxia era produto da retórica comunista, pois, ao conclamar as organizações políticas para enfrentar o integralismo nas ruas, a Liga Comunista frequentemente convocaria os antifascistas dos meios em que se difundia para colaborar na luta contra ele. Destarte, quando os oposicionistas distinguiram o bonapartismo do fascismo, acabaram compreendendo que a luta contra o integralismo, que se dava não no interior das instituições democráticas mas enfrentando as milícias paramilitares organizadas pelos integralistas, tinha de levar em conta organizações políticas não-proletárias. A frente única organizou-se, então, de duas formas: para enfrentar o governo, era restrita porque tratava de aproximar as massas do projeto político comunista; para bloquear o avanço do integralismo, exigia a participação de estudantes, intelectuais e militares para impedi-los de aderirem massivamente a ele.

O cerco estava se fechando para a esquerda brasileira. Em 23 de abril de 1932, os integralistas realizaram seu primeiro desfile em São Paulo. No mês seguinte, enquanto a frente única não saía do papel, Pedrosa, Geraldo Ferraz e outros jornalistas do *Diário da Noite* criaram o jornal antifascista *O Homem Livre*. Em 25 de junho, a Frente Única Antifascista (FUA) foi fundada. Em 14 de julho, ela realizou um comício em São Paulo, presidido por Aristides Lobo, da Liga Comunista. Nesse comício, a FUA divulgou seu manifesto, publicado três dias depois nas páginas de *O Homem Livre*, já em seu oitavo número. Esse manifesto expõe de modo claro em seu chamamento inicial quais atores políticos eram vistos como fundamentais para enfrentar o integralismo pelo grupo político liderado por Pedrosa:

Ao proletariado, principal força da população brasileira, contra o qual se levanta as hostes sanguinárias da reação capitalista;

aos trabalhadores de todas as profissões e nacionalidades, que, na indústria, no comércio e na lavoura, constituem o dínamo propulsor da economia nacional;

aos marinheiros e aos soldados, aos oficiais inferiores e a todos aqueles que no Exército e na Marinha continuam a ansiar pela vitória da grande causa da liberdade;

aos estudantes, aos jornalistas, aos escritores e poetas da nova geração, aos intelectuais que não vendem nem se corrompem, e acompanham com a sua inteligência e a sua cultura a marcha tumultuosa do desenvolvimento social;

aos industriais, lavradores e comerciantes pobres, vítimas do regime da concorrência mercantil e da acumulação;

às camadas intermediárias da sociedade, que a demagogia fascista procura utilizar na realização dos seus propósitos sombrios;

ao grande povo do Brasil, torturado e perseguido pelo despotismo dos governos reacionários e da plutocracia financeira, através de séculos de miséria e de opressão. (ABRAMO, 1984: 75)

A frente única saiu do papel. O antifascismo foi fundamental para a sua formação. Por causa das especificidades da luta contra os integralistas, pois ela se dava à margem das instituições democráticas, precisava reunir o maior número de pessoas para desbaratar as manifestações integralistas, a FUA teve de abrir-se para a participação de grupos sociais não necessariamente ligados ao proletariado. Essa abertura, porém, estava de acordo à análise de “Esboço” porque não procurava aproximar-se da burguesia: os industriais, lavradores e comerciantes pobres citados no manifesto são os pequenos proprietários, isto é, a pequena burguesia. Portanto, a flexibilidade que a luta contra o integralismo exigiu não fez a Liga Comunista afastar-se da análise de “Esboço”, de que a burguesia era irremediavelmente autocrática. O mesmo manifesto enumera os princípios fundamentais da frente única, demonstrando que a resistência democrática estava na base da ação política dos opositores:

1. Sob a denominação de Frente Única Antifascista coligam-se em São Paulo, sem distinção de credo políticos ou filosóficos, todas as organizações antifascistas, com estes objetivos:

- a) combate às ideias, ao desenvolvimento e à ação do fascismo;
- b) luta pela mais ampla liberdade de pensamento, reunião, associação e imprensa;
- c) reivindicação da garantia do ensino leigo e da separação da Igreja do Estado;
- d) formação de um bloco unitário de ação contra o fascismo.

2. Todas as organizações coligadas conservarão a sua plena autonomia e inteira liberdade de crítica. Os atritos que se verificarem entre as organizações, fora da esfera da ação antifascista, numa poderão servir de motivo para o rompimento da Frente Única. A estabilidade será garantida por um programa comum de ação, em cujo desenvolvimento não se ferirão os pontos de divergência ideológicos existentes entre as organizações coligadas. (ABRAMO, 1984: 75)

Organizada a FUA, os integralistas passariam a lidar com contramanifestações feitas com o objetivo de desbaratar as manifestações da AIB. O conflito entre integralistas e antifascistas passou a ser constante. Em 07 de outubro de 1934, a AIB organizou uma manifestação para comemorar seu aniversário de um ano de fundação. A FUA planejou uma contramanifestação, que contou com a participação do braço paulista do PCB, que só foi possível ao desobedecer a uma ordem da direção nacional do partido, que se recusou a participar da FUA. Quando integralistas e antifascistas se encontraram na Praça da Sé ocorreu uma batalha campal, com mortes e feridos; inclusive Pedrosa levou um tiro na ocasião. A Batalha da Praça da Sé, como o episódio ficou conhecido, levou a uma cisão no interior da Liga Comunista, pois alguns membros

recusaram a tática de confronto. Enquanto as arestas estavam sendo aparadas, a repressão desencadeada com o Levante Comunista de 1935 impossibilitou qualquer ação significativa da esquerda, com todas as organizações passando a ser perseguidas. Enquanto se organizava a frente única para combater o fascismo, ela também ocorria no campo sindical (Coligação dos Sindicatos Proletários) e no campo eleitoral (Coligação das Esquerdas). Esta teve votação inexpressiva para a Assembleia Constituinte, comparando-se com a votação obtida pelos grandes partidos, contudo, expressivas em relação à AIB e ao PCB, que, depois de ter combatido a Constituinte, resolveu lançar candidatos como União Operária e Camponesa, obtendo 1716 votos para os candidatos à deputado constituinte federal e 1709 para os candidatos à deputado constituinte estadual de São Paulo, enquanto a Coligação das Esquerdas recebeu 8508 e 8289 votos para as respectivas constituintes. (COGGIOLA, 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, “Esboço” é um pequeno clássico do pensamento político brasileiro. Se lido em conjunto com outros documentos da mesma organização política a que foi destinado, fornece um novo olhar sobre o pensamento político autoritário brasileiro. Com isso, “Esboço”, inicialmente, e “Aos Trabalhadores”, “Aos Camaradas”, “Teses sobre a Constituinte”, “Manifesto da Frente Única”, “Guerra Imperialista” e “Subida de Hitler ao Poder”, posteriormente, tornam-se um *continuum* sobre o processo político desde a colonização. Nossa análise contribui para entender a Revolução de 1930 como um evento marcante por evidenciar uma cisão entre as frações burguesas. Essa cisão foi um imperativo para a sobrevivência do capitalismo no Brasil, em crise por ser agrário e voltado para o mercado externo, em crescente recessão desde a Primeira Guerra. Assim, a burguesia gaúcha, por ter como base a policultura, voltada para o mercado interno, teve de lutar para assumir o governo federal, dirigindo a industrialização. Pedrosa e Xavier (1931), portanto, compreenderam a base que sustentou o pensamento político autoritário brasileiro e os outros documentos da Oposição de Esquerda (ABRAMO; KAREPOVS, 1987; ABRAMO, 1984; PEDROSA, 1973 [1933a]; 1933c) patentearam que o autoritarismo de Vargas acentuar-se-ia para ocorrer a expansão do capital.

Nossa construção cronológica do artigo partiu do Brasil Colônia, passou pelo Brasil Império, acompanhou a República Oligárquica para centrar na Revolução de 1930 e seus desdobramentos até 1935, quando a Oposição de Esquerda submergiu pela repressão sistemática que recaiu sobre a esquerda por causa do Levante Comunista. Mesmo assim, dado a riqueza analítica oposicionista, era evidente onde desembocaria o processo político – a uma ditadura. Por isso a importância teórica de se procurar uma organização marginalizada politicamente no período para compreender as bases em que se deram o pensamento político autoritário brasileiro que sustentou esse processo. E a observação de Martins (2013), produto de suas pesquisas empíricas no campo e na periferia, foi importante para identificarmos um grupo político no limiar, por contestar as bases teóricas da ação política do PCB e por combater o autoritarismo de Vargas, fornecendo dados para compreendermos o pensamento político autoritário brasileiro por fora; isto é, pela análise do processo político e não pelo estudo das obras e conceitos dos pensadores autoritários, tais como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Francisco Campos.

Esse processo é inteligível pela formação social brasileira. Sua origem encontra-se na colonização, a marcar o capitalismo no Brasil, apesar de Pedrosa e Xavier (1931: 3) falarem em “feudalismo particular” para o período colonial. No Brasil Colônia, foi o Estado que ditou a forma como a terra seria apropriada, objetivando favorecer a burguesia comercial portuguesa. Como consequência, bloqueou a formação da pequena propriedade rural. Destarte, o capitalismo formou-se sem necessidade de expropriar uma massa de pequenos proprietários. A base do capitalismo agrário estava dada pela colonização, a saber, o latifúndio. Mas teve de

eliminar o trabalho escravo para completar-se e novamente o Estado foi seu futor, com sua política de imigração para atrair mão de obra para as lavouras de café. Em síntese, um capitalismo construído pelo Estado desde o início.

A expressão “feudalismo particular” pode ser tomada como uma imprecisão conceitual, embora descreva a formação social brasileira de modo mais complexo do que considerar o feudalismo como uma de suas etapas, ponto de partida da análise comunista em razão de Brandão (2006 [1926]). Assim é porque Pedrosa e Xavier (1931) usam esse conceito enfatizando a relação dialética da Colônia com a Metrópole. O motivo da existência daquela decorre da expansão do capital da burguesia comercial desta. Se a economia colonial fosse analisada de forma isolada, sem considerar sua relação com a metropolitana, o conceito “feudalismo particular” não seria impreciso, apenas configuraria a manifestação do modo de produção feudal em um meio específico. Só que “Esboço” compreende o Brasil Colônia no interior da expansão do capitalismo mercantil. Nesse sentido, portanto, esse ensaio de 1931 é um corte no pensamento político brasileiro, por suas hipóteses ficarem latentes até os anos 1970, quando se forma uma tradição teórica a contestar o feudalismo como uma das etapas do desenvolvimento econômico brasileiro, inferimos com Del Roio (1990).

De qualquer forma, Pedrosa e Xavier (1931) partem da colonização para entender a formação do Estado e das classes sociais. As frações burguesas se formaram isoladas regionalmente e não sedimentaram uma consciência de classe. Em síntese, eram frágeis para construírem uma hegemonia sem a mediação do Estado. E este se formou preservando os dois pilares da economia colonial: o latifúndio e o trabalho escravo. Compreensível “Esboço” enfatizar que a formação do capitalismo e da burguesia foi uma simples troca de forma, por não ter ocorrido uma revolução, preservando tanto a base econômica quanto os atores sociais. Mais precisamente, o capitalismo agrário se assentou sobre o latifúndio existente e a burguesia era o estamento adaptado ao novo sistema de produção, apesar da burguesia cafeeira ter sido responsável pela superação do trabalho escravo. Com a Abolição, o capitalismo tornou-se o modo de produção hegemônico no Brasil. Está dado, portanto, o sistema político e a natureza autocrática da burguesia.

Além de mudar as relações de produção, a burguesia cafeeira alterou a forma de governo ao instaurar a república. A hegemonia política era necessária para a sua reprodução. Sem o Estado essa burguesia não seria nada, porque sem ele sua base econômica não se estabilizaria. A política econômica do governo federal estava voltada para atender aos interesses dos produtores de café. Com o mercado externo entrando em crise, a República Oligárquica também entra e aos poucos vai acentuando as divergências entre as frações burguesas. O percurso de “Esboço” é para entender a Revolução de 1930 como produto de uma cisão no bloco de poder. Com isso, compreendeu a base do pensamento político autoritário brasileiro. E a compreensão do autoritarismo da década de 1930 vem através dos outros textos da Oposição de Esquerda. Subjacente a tudo isso, de que a industrialização só vicejaria via Estado e não pelas mãos da burguesia industrial, mas da burguesia gaúcha, preocupada em fortalecer o mercado interno para sua reprodução.

Fausto (2001) identifica duas fases na constituição do pensamento político autoritário brasileiro: a primeira ele situa nos anos 1920 e a segunda após a Revolução de 1930. Inicialmente, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Francisco Campos – as três referências do autor – influenciaram a vida social e política; posteriormente, suas ideias ajudaram a criar as instituições e a organizar a vida política. Assim, “Esboço” volta-se para a base em que estava se constituindo esse pensamento e os outros documentos oposicionistas fazem uma análise das instituições que estavam sendo construídas e como a vida política organizava-se. Em suma, enquanto o pensamento político autoritário interpretava o Brasil como amorfo para justificar a intervenção do Estado para construir uma nação, a análise da Oposição de Esquerda contribui

para demonstrar que a repressão nunca deixou a sociedade se organizar em nome dos interesses burgueses, como bem demonstrou a luta oposicionista pelas liberdades democráticas apresentadas em seus documentos até 1935.

Justificamos, destarte, nossa opção teórica: grupos à margem no campo político contribuem para a compreensão do pensamento político hegemônico em determinada conjuntura. Neste artigo, tentamos demonstrar que nos anos 1930 a Oposição de Esquerda, dissidência do PCB formada em 1929, lançou luz sobre a constituição do pensamento político autoritário brasileiro responsável pela modernização conservadora do Brasil. Na realização de nosso objetivo, dividimos o artigo em duas partes: em uma discutimos o diagnóstico da Oposição de Esquerda sobre o autoritarismo brasileiro e em outra seu prognóstico sobre a hipertrofia do poder executivo a partir da Revolução de 1930. Isso foi possível por uma confluência de fatores, a posição ocupada pelos oposicionistas no campo político contribuiu para uma visão holística do processo e a qualidade intelectual de seus quadros a traduziu em documentos que chegaram até nós. Com isso, a análise da Oposição de Esquerda ultrapassa os limites estreitos de uma organização política de atuação restrita e fornece elementos teóricos para o campo do pensamento político brasileiro. Como se pergunta o poeta sírio Adonis (2012: 231): “O que é o centro?/ margem para todas as margens”. Portanto, por que não olharmos para a margem para compreendermos o pensamento político hegemônico?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Fúlvio. (1984), *Frente Única Antifascista 1934-1984. Cadernos CEMAP*, ano I, nº 1, out.
- ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (orgs.). (1987), *Na Contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- ADONIS. (2012), *Poemas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BERTONHA, João Fábio. (1998), *Sob o Signo do Fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BRANDÃO, Octávio. (2006 [1926]), *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. (1995), “As Esquerdas e o Processo Constituinte Brasileiro de 1933-34”. *História Social*, Campinas, vol. 1, nº 2: 55-88.
- COGGIOLA, Osvaldo. (2003), “O Trotskismo no Brasil (1928-64)”. In: A. C. MAZZEO; M. I. LAGOA (orgs.), *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez: 239-269.
- DEL ROIO, Marcos. (1990), *A Classe Operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.
- DEMIER, Felipe Abranches. (2008), *Do Movimento Operário para a Universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- DEUTSCHER, Tamara. (1988), “Trotskismo”. In: T. BOTTOMORE, *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 394-395.
- DULLES, John W. Foster. (1977), *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1930-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FAUSTO, Boris. (2001), *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2006), *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FERREIRA, Pedro Roberto. (1999), *O Conceito de Revolução da Esquerda Brasileira: 1920-1946*. Londrina: UEL.
- _____. (2005), “O Brasil dos Trotskistas (1930-1960)”. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 12, nº 22/23: 11-58.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michael. (1995), “Trotsky e o Brasil”. In: J. Q. de Moraes (org.), *História do Marxismo no Brasil*. Vol. II: os influxos teóricos. Campinas: UNICAMP: 223-246.
- LOBO, Aristides. (1987 [1931]), “A Situação Brasileira e o Trabalho para o seu Esclarecimento”. In: F. Abramo; D. Karepovs (orgs.), *Na Contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Editora Brasiliense: 83-94.
- MAFFEI, Eduardo. (1984), *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobilion.
- MARQUES NETO, José Castilho. (1993), *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARQUES NETO, José Castilho; KAREPOVS, Dainis. (2007), “O Trotskismo e os Trotskistas: os anos 1920 e 1930”. In: J. Ferreira; D. A. Reis (orgs.), *A Formação das Tradições (1889-1945)*. São Paulo: Civilização Brasileira: 379-406.
- MARTINS, José de Souza. (2013), *A Sociologia como Aventura: memórias*. São Paulo: Contexto.
- MAZZEO, Antonio Carlos. (2003), “O Partido Comunista na Raiz da Teoria da *Via Colonial* do Desenvolvimento do Capitalismo”. In: A. C. Mazzeo; M. I. Lagoa (orgs.), *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez: 153-170.
- PEDROSA, Mário. (1973[1933a]), “A Luta Contra a Guerra Imperialista”. In: E. Carone. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: 391-394.
- _____. (1933b), “Prefácio”. In: L. Trotsky. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Unitas: 7-14.
- _____. (1933c), “O que Representa para a Política Internacional a Subida de Hitler ao Poder”. *Correio de S. Paulo*, ano I, nº 202: 1-2, 04 fev. (FBN)
- PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. (1931), “Esboço de Análise da Situação Brasileira”. *A Luta de Classe*, Rio de Janeiro, ano II, nº 6: 3-4, fev.-mar. (CEDEM/UNESP)
- _____. (1987 [1931]), “Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social do Brasil”. In: F. Abramo; D. Karepovs (orgs.). (1987), *Na Contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Editora Brasiliense: 66-82.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (2012 [1933]), *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REIS, José Carlos. (2007), “Caio Prado Jr. Versus PCB: a revolução brasileira (1966)”. In: J. Ferreira; D. A. Reis (orgs.), *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. São Paulo: Civilização Brasileira: 173-194.

SECCO, Lincoln. (2008), *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo.

SILVA, Ângelo José da. (2002), *Comunistas e Trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Vento.

TRINDADE, Hégio. (1974), *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Porto Alegre: UFRGS.

TROTSKY, Leon. (1933), *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Unitas.